

## 01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016 da Controladora e Consolidadas em 07 de março de 2017 e o Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 09 de março de 2017, recomendou a sua aprovação à Assembleia Geral Ordinária.

A COPASA possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”) - criada pela Lei Estadual nº16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

COPASA Serviços de Irrigação S/A (“Serviços de Irrigação”) – A extinção e liquidação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2015. O balanço de encerramento foi emitido em julho de 2016.

COPASA Águas Minerais de Minas S/A (“Águas Minerais”) - criada pela Lei Estadual nº 16.693, de 11 de janeiro de 2007, com o objetivo de produzir, envasar, distribuir e comercializar águas minerais das fontes das quais seja proprietária ou concessionária, além de administrar e explorar os Parques das Águas de Caxambu, Araxá, Cambuquira e Lambari. Após o distrato amigável, em 31 de maio de 2015, do Contrato de Arrendamento dos Direitos Minerários, Equipamentos e Instalações de Envasamento das Águas Minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá formalizado com a CODEMIG, foi firmado, por um ano, Contrato de prestação de serviços, em que os custos passaram a ser ressarcidos mensalmente pela CODEMIG. Em fevereiro de 2016, a dissolução dessa Subsidiária foi aprovada pela AGE e em 26 de dezembro foi emitido o balanço de encerramento.

Os dados operacionais e financeiros referentes as atividades desenvolvidas pela Companhia constam do Relatório de Administração, parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## 02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A Companhia está apresentando as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

### 2.1 Base de preparação

As Demonstrações Financeiras são preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e determinados ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, estão divulgadas na Nota 04.

#### **(a) Demonstrações Financeiras Individuais - Controladora**

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas Demonstrações Financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às Demonstrações Financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação de método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas Demonstrações Individuais são divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

#### **(b) Demonstrações Financeiras Consolidadas - Consolidado**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRSs, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação relativa em uma subsidiária que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação de capital.

### **03. Resumo das Principais Políticas Contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### **3.1 Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui três segmentos distintos, representado pelo segmento de serviços de água, e o segmento de esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A, e o outro representado pela venda de produtos pela sua subsidiária COPASA Águas Minerais de Minas S/A. As informações por segmentos são demonstradas na Nota 19.

### **3.2 Conversão de moeda estrangeira**

#### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada Controlada incluída na consolidação da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

#### **(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

### **3.4 Ativos financeiros**

#### **3.4.1 Classificação**

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos e reconhecidos sob as categorias de empréstimos e recebíveis e/ou disponível para venda.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

#### **3.4.2 Reconhecimento e mensuração**

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas e despesas financeiras".

#### **3.4.3 Impairment de ativos financeiros**

##### **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial

dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados ao custo médio ponderado de capital (WACC). O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas subsidiárias pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

#### **(b) Ativos classificados como disponíveis para venda**

Para os investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

### **3.5 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores dos serviços prestados ou da venda de mercadoria no decurso normal das atividades da empresa, sendo inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável.

Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Companhia calcula a provisão para perdas de acordo com os critérios facultados pela Lei nº 13.097 de 19 de janeiro de 2015, não considerando os créditos relativos ao acionista controlador.

Em relação aos créditos junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o repasse dos 4% da arrecadação líquida, ao Fundo Municipal de Saneamento, fica condicionado à quitação das faturas pela prefeitura cujos recursos também são destinados a esse fundo.

### **3.6 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de

baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

### **3.7 Ativos financeiros vinculados à concessão**

O concessionário reconhece um crédito a receber, quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão destes serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência deste fato, a Companhia reconhece, exceto para o Município de Ipatinga, um ativo financeiro, descontado com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

### **3.8 Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

### **3.9 Ativos intangíveis**

#### **(a) Ativos diretamente ligados a Concessões**

O concessionário reconhece como um ativo intangível, os investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão.

Também em linha com a Interpretação ICPC 01 e em decorrência dos contratos de concessão firmados, a Companhia reconhece um ativo intangível que está demonstrado pelo valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 3.7.

Para os ativos existentes até 31 de dezembro de 1997, o custo de aquisição foi acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária, para fins de IFRS, até esta data.

#### **(b) Direito de uso**

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

#### **(c) Licenças de software**

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para serem utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

### 3.10 Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Para os ativos existentes até 31 de dezembro de 1997, o custo de aquisição foi acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária, para fins de IFRS, até esta data.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

|                                   | <u>Anos</u> |
|-----------------------------------|-------------|
| Edificações                       | 25 - 40     |
| Máquinas                          | 10 - 15     |
| Veículos                          | 3 - 5       |
| Móveis, utensílios e equipamentos | 3 - 8       |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos, em atendimento ao CPC 27 – Ativo imobilizado, foram revisadas ao final do exercício de 2016, não sendo necessário ajustes no início de 2017, de forma prospectiva.

### 3.11 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

### 3.12 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

#### (a) Fornecedores

A conta “fornecedores” refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### (b) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### **(c) Apresentação pelo líquido**

Passivos e ativos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

### **3.13 Provisões**

As provisões tributárias e para demandas judiciais e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

### **3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem às Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado, em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

### 3.15 Tributação

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

#### (a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

#### (b) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço e reconhecidos conforme descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

#### (c) Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

| Impostos   | Alíquota %   |
|--|--------------|
| PIS/PASEP - Programa de integração social                                | 1,65         |
| COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social          | 7,60         |
| ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços <sup>(*)</sup> | 7,00 a 18,00 |

<sup>(\*)</sup> Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.



### **3.16 Benefícios a empregados**

#### **(a) Obrigações de aposentadoria**

A Companhia é patrocinadora de 3 planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo salgado e de contribuição definida. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

Os Planos de Benefício Definido e Definido Saldado estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria e é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data do fechamento do plano para novas adesões em 2010. Estes planos passaram então a receber apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas, contudo, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem e os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Já no plano de Contribuição Definida a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Este Plano funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante.

#### **(b) Participação nos lucros**

São registradas provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados no resultado. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

Desde 2008 por força do Acordo Coletivo, o montante apurado como Participação nos Lucros da Companhia é distribuído de forma linear entre todos os empregados.

### **3.17 Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Quando a Companhia recebe bens não monetários em doação, uma vez que essa doação é necessária para a concessão e não para a Companhia, os bens recebidos são registrados pelo valor nominal e anulados por meio de conta redutora, como forma de manter registro de controle dos ativos e ao mesmo tempo evitar o reconhecimento indevido de benefícios na demonstração do resultado e por consequência nas tarifas de água e esgoto determinadas pela Agência Reguladora.

### **3.18 Capital social**

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente a coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

### **3.19 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

#### **(a) Prestação de serviços**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

#### **(b) Contratos de construção**

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. A companhia passou a aplicar “margem zero” a partir de julho de 2015, após considerar a Resolução 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão, pelos Municípios.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem.

#### **(c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

#### **(d) Receita de dividendos**

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

### **3.20 Partes relacionadas**

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais, as transações financeiras mantidas com o pessoal chave da Administração, com o seu Acionista

majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

### **3.21 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras, seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e tendo por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada como informação suplementar às Demonstrações Financeiras Consolidadas, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória, conforme o IFRS.

### **3.22 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- (a) IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- (b) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbridos de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- (c) IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

## **04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas subsidiárias fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### **(a) Reconhecimento de receita de construção**

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. A companhia passou a aplicar “margem zero” a partir de julho de 2015, após considerar a Resolução 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização, pelos Municípios, de ativos prevista nos contratos de Concessão.

#### **(b) Benefícios de planos de previdência complementar**

O valor atual destas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

#### **(c) Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos quanto ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

#### **(d) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**(e) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais**

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica.

**(f) Contratos de empréstimos e financiamentos**

A Companhia possui empréstimos e financiamentos para os quais são exigidos o cumprimento de determinados índices financeiros e outras condições (*covenants* - Nota 12). Alguns contratos preveem que no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

Com o objetivo de minimizar o risco de descumprimento desses *covenants*, a Administração da Companhia realiza sua verificação trimestralmente, considerando as fórmulas de cálculo dos índices especificadas em cada contrato, observa os prazos estabelecidos para a comunicação com as instituições financeiras, bem como o reflexo do descumprimento de cláusulas de um contrato em outros contratos (“*cross-default*”), procurando apresentar garantias adicionais, quando houver possibilidades ou renegociar as condições contratuais, mantendo as obrigações sob monitoramento.

## **05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos**

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário se dá por meio de Contratos de Concessão e/ou os Contratos de Programa que são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 e 99 anos. Esses Contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

Em 2016, foram formalizados Contratos de Programa com 11 municípios do Estado de Minas Gerais, cuja população urbana conjunta estimada é de aproximadamente 180 mil habitantes.

A Companhia e sua subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”) possuíam Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 635 municípios do Estado de Minas Gerais em 31 de dezembro de 2016 (634 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, 80 concessões de água e 5 de esgoto encontravam-se vencidas, representando 5,9% da receita total, cujos serviços continuam sendo prestados normalmente pela Companhia. A COPASA MG vem envidando esforços junto ao poder concedente para a renovação destas concessões. A situação das negociações dessas concessões encontra-se descrita a seguir:

- Concessões com Lei Autorizativa aprovada: 62 das quais 54 encontram-se em fase de estudos preliminares; 01 (uma) em fase de formalização do Convênio de Cooperação; e 07 (sete) em fase de Consulta e Audiência Pública.
- Concessões sem Lei Autorizativa: 23.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG. O seu cálculo deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período.

A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

Encontra-se em andamento o processo de revisão tarifária iniciado em 2016.

## 06. Caixa e Equivalentes de Caixa

### (a) Caixa e equivalentes de caixa

|  | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
|  | 31/12/2016     | 31/12/2015     | 31/12/2016     | 31/12/2015     |
| Recursos em caixa e bancos                         | 43.782         | 62.851         | 44.048         | 63.156         |
| Certificados de depósitos bancários de curto prazo | 577.891        | 494.234        | 594.695        | 518.698        |
| <b>Total</b>                                       | <b>621.673</b> | <b>557.085</b> | <b>638.743</b> | <b>581.854</b> |

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que no exercício de 2016, foi de 80% a 108,0% (2015 - 99,0% a 102,0%). No exercício de 2016, as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$59.653 (R\$52.655 em 2015) na Controladora e R\$63.449 (R\$54.400 em 2015) no Consolidado.

Nos exercícios de 2016 e de 2015, a Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### (b) Movimentação das aplicações financeiras

|                          | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|--------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                          | 31/12/2016     | 31/12/2015     | 31/12/2016     | 31/12/2015     |
| <b>Em 01 de janeiro</b>  | <b>494.234</b> | <b>279.559</b> | <b>518.698</b> | <b>279.559</b> |
| Novas aplicações         | 2.160.045      | 3.250.097      | 2.253.987      | 3.305.768      |
| Rendimentos              | 59.653         | 52.655         | 63.449         | 54.400         |
| Resgates                 | (2.136.041)    | (3.088.077)    | (2.241.439)    | (3.121.029)    |
| <b>Em 31 de dezembro</b> | <b>577.891</b> | <b>494.234</b> | <b>594.695</b> | <b>518.698</b> |

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

## 07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais.

### (a) Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

| Valores  | Controladora     |                | Consolidado      |                |
|--|------------------|----------------|------------------|----------------|
|  | 31/12/2016       | 31/12/2015     | 31/12/2016       | 31/12/2015     |
| Vencidos   | <u>254.335</u>   | <u>218.670</u> | <u>257.333</u>   | <u>221.263</u> |
| Vencidos até 30 dias                                     | 88.863           | 97.171         | 89.897           | 98.171         |
| Vencidos de 31 até 60 dias                               | 59.579           | 46.918         | 60.287           | 47.484         |
| Vencidos de 61 até 90 dias                               | 34.106           | 24.256         | 34.524           | 24.633         |
| Vencidos de 91 até 180 dias                              | 52.719           | 39.599         | 53.496           | 40.245         |
| Vencidos acima de 180 dias                               | 19.068           | 10.726         | 19.129           | 10.730         |
| A vencer   | 431.330          | 330.896        | 433.582          | 334.968        |
| Faturados  | 685.665          | 549.566        | 690.915          | 556.231        |
| A faturar  | 260.277          | 225.921        | 260.277          | 225.921        |
| Contas a receber de clientes                             | 945.942          | 775.487        | 951.192          | 782.152        |
| (-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes | (24.907)         | (21.682)       | (25.493)         | (23.909)       |
|  | 921.035          | 753.805        | 925.699          | 758.243        |
| Contas a receber de longo prazo <sup>(1)</sup>           | 139.595          | 178.807        | 139.595          | 178.807        |
| <b>Contas a receber de clientes, líquidas</b>            | <b>1.060.630</b> | <b>932.612</b> | <b>1.065.294</b> | <b>937.050</b> |

<sup>(1)</sup> Refere-se ao termo de compensação realizado com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota 23.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

|  | Controladora  |               | Consolidado   |               |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
|  | 31/12/2016    | 31/12/2015    | 31/12/2016    | 31/12/2015    |
| <b>Em 01 de janeiro</b>  | <b>21.682</b> | <b>30.268</b> | <b>23.909</b> | <b>31.846</b> |
| Provisão para perdas de contas a receber                                   | 158.278       | 122.364       | 161.286       | 125.869       |
| Reversão provisão devedores duvidosos                                      | -             | -             | (122)         | -             |
| Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis | (155.053)     | (130.950)     | (159.580)     | (133.806)     |
| <b>Em 31 de dezembro</b>   | <b>24.907</b> | <b>21.682</b> | <b>25.493</b> | <b>23.909</b> |

A provisão para perdas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do exercício como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota 20).

### (b) Demais contas a receber

As outras classes de contas a receber de clientes e demais contas a receber não contêm ativos com perda do valor recuperável.

|  | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | 31/12/2016       | 31/12/2015       | 31/12/2016       | 31/12/2015       |
| Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (i) | 169.711          | 201.704          | 169.711          | 201.704          |
| Créditos com controladas (ii)                        | -                | 23.568           | -                | -                |
| Aplicação financeira vinculada (iii)                 | 75.395           | 65.609           | 75.395           | 65.609           |
| Ativos financeiros disponíveis para venda (iv)       | 59.564           | 41.084           | 59.564           | 41.084           |
| Ativos financeiros – Contratos de concessão (v)      | 604.538          | 574.673          | 604.538          | 574.673          |
| Outros (vi)  | 46.811           | 52.483           | 46.811           | 52.483           |
| <b>Total</b>   | <b>956.019</b>   | <b>959.121</b>   | <b>956.019</b>   | <b>935.553</b>   |
| <b>Ativo não circulante</b>                          | <b>(956.019)</b> | <b>(959.121)</b> | <b>(956.019)</b> | <b>(935.553)</b> |

(i) As cauções em garantia de financiamentos, empréstimos e debêntures estão detalhadas abaixo:

| Controladora / Consolidado  |                |                |
|---|----------------|----------------|
|   | 31/12/2016     | 31/12/2015     |
| União Federal - bônus   | 68.479         | 80.722         |
| <i>Kreditanstalt Fur Wiederaufbau - KfW</i>                                 | 23.133         | 26.966         |
| Financiamentos com cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos | 1.781          | 16.955         |
| Contratos de empréstimos e financiamentos - BNDES                           | 26.256         | 27.007         |
| Contratos de empréstimos e financiamentos - CAIXA PAC - 2009 e 2010         | 4.102          | 3.318          |
| Contratos de empréstimos e financiamentos - CAIXA                           | 5.922          | 7.418          |
| Subscrição 3ª emissão   | 15.190         | 15.962         |
| PPP Rio Manso   | 24.848         | 23.356         |
| <b>Total</b>  | <b>169.711</b> | <b>201.704</b> |

(ii) O valor de dezembro de 2015 refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, contratos de mútuo e a despesas com salários e encargos de funcionários cedidos pela COPASA às suas subsidiárias sendo R\$6.066 referente à Águas Minerais, R\$17.427 referente à COPANOR e R\$75 referente à COPASA Serviços de Irrigação. Em 2016 esses valores foram liquidados.

(iii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES. O valor de cada contrato é depositado em conta corrente específica e vinculada a cada contrato, denominada conta de despoluição de bacias hidrográficas, sendo que os valores são convertidos em contas e aplicada no “fundo de investimento caixa despoluição de bacias hidrográficas renda fixa longo prazo” destinado única e exclusivamente ao objeto de cada contrato. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada pela COPASA em 12 parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir de plena operação e início da certificação da estação de tratamento do esgoto, ser sacados desde que cumpridas as metas pactuadas na assinatura do contrato. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras.

(iv) Refere-se ao saldo de investimento na empresa Foz de Jeceaba.

(v) Refere-se as contas a receber do poder concedente decorrentes dos contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e de acordo com a Interpretação ICPC 01. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo Custo Médio Ponderado de Capitais (*Weighted Average Capital Cost – WACC*).

(vi) Refere-se substancialmente a depósitos judiciais.



## 08. Investimentos

Abaixo tabela com a movimentação dos investimentos e da provisão para perdas dos investimentos nas subsidiárias:

|  | 31/12/2015   | Equivalência patrimonial <sup>(iv)</sup> | Aumento de Capital | Liquidação      | 31/12/2016    |
|--|--------------|--|--------------------|-----------------|---------------|
| <b>Investimentos</b>                   |              |  |                    |                 |               |
| Águas Minerais <sup>(i)</sup>          | 17.809       | 374                                      | 6.066              | (24.249)        | -             |
| COPANOR <sup>(ii)</sup>                | (18.262)     | (5.073)                                  | 57.365             | -               | 34.030        |
| Serviços de Irrigação <sup>(iii)</sup> | (41)         | 32                                       | -                  | 9               | -             |
| Outros                                 | 260          | -  | -                  | -               | 260           |
| <b>Total</b>                           | <b>(234)</b> | <b>(4.667)</b>                           | <b>63.431</b>      | <b>(24.240)</b> | <b>34.290</b> |

- (i) Em 26 de dezembro de 2016, foi realizado o balanço de encerramento da subsidiária COPASA Águas Minerais de Minas S/A, assim o investimento no valor de R\$18.183 foi reconhecido como entrada de recursos na Controladora que assumiu todos os direitos e obrigações da subsidiária liquidada. Abaixo está demonstrado a abertura dos ativos e passivos, provenientes do fim da subsidiária:

|                                  |               |
|----------------------------------|---------------|
| Caixa e equivalente de caixa     | 25.415        |
| Impostos a recuperar             | 757           |
| Empreiteiros e fornecedores      | (2)           |
| Provisão para demandas judiciais | (1.921)       |
|                                  | <u>24.249</u> |

- (ii) A Controladora realizou a integralização de R\$57,4 milhões, sendo R\$30,8 milhões em 28 de junho de 2016 e R\$26,6 milhões em 13 de outubro de 2016. Tais recursos permitiram a liquidação do mútuo com a Controladora no valor de R\$22,3 milhões, assim como investimentos em obras de implantação ou ampliação de sistemas e capital de giro.
- (iii) Em 30 de setembro de 2016, foi realizado o balanço de liquidação da COPASA Serviços de Irrigação. A subsidiária não possuía ativos e passivos relevantes.
- (iv) O Resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R\$4.667. O valor dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro e depreciações/amortizações das subsidiárias foi negativo em R\$1.874 (R\$1.933 em 2015).

## 09. Intangível

- (a) A composição dos saldos é a seguinte:

| Controladora              |            |                       |                    |            |                       |                    |
|---------------------------|------------|-----------------------|--------------------|------------|-----------------------|--------------------|
|                           | 31/12/2016 |                       |                    | 31/12/2015 |                       |                    |
|                           | Custo      | Amortização acumulada | Intangível líquido | Custo      | Amortização acumulada | Intangível líquido |
| Em operação               |            |                       |                    |            |                       |                    |
| Sistemas de água          | 5.853.928  | (3.156.705)           | 2.697.223          | 5.684.877  | (2.952.775)           | 2.732.102          |
| Esgotamento sanitário     | 5.089.242  | (1.679.222)           | 3.410.020          | 4.990.700  | (1.452.118)           | 3.538.582          |
| Sistemas de uso comum     | 966.370    | (772.018)             | 194.352            | 940.158    | (680.788)             | 259.370            |
| Direitos de uso           | 433.194    | (168.465)             | 264.729            | 413.055    | (149.579)             | 263.476            |
| Outros ativos intangíveis | 129.324    | (16.323)              | 113.001            | 118.715    | (12.289)              | 106.426            |
| Total em operação         | 12.472.058 | (5.792.733)           | 6.679.325          | 12.147.505 | (5.247.549)           | 6.899.956          |
| Em obras                  |            |                       |                    |            |                       |                    |
| Obras em andamento        | 1.141.245  | -                     | 1.141.245          | 1.082.975  | -                     | 1.082.975          |
| Total em obras            | 1.141.245  | -                     | 1.141.245          | 1.082.975  | -                     | 1.082.975          |
| Total do intangível       | 13.613.303 | (5.792.733)           | 7.820.570          | 13.230.480 | (5.247.549)           | 7.982.931          |

| Consolidado                |                   |                       |                    |                   |                       |                    |
|----------------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|
|                            | 31/12/2016        |                       |                    | 31/12/2015        |                       |                    |
|                            | Custo             | Amortização acumulada | Intangível líquido | Custo             | Amortização acumulada | Intangível líquido |
| <b>Em operação</b>         |                   |                       |                    |                   |                       |                    |
| Sistemas de água           | 5.853.928         | (3.156.705)           | <b>2.697.223</b>   | 5.684.877         | (2.952.775)           | <b>2.732.102</b>   |
| Esgotamento sanitário      | 5.089.242         | (1.679.222)           | <b>3.410.020</b>   | 4.990.700         | (1.452.118)           | <b>3.538.582</b>   |
| Sistemas de uso comum      | 966.370           | (772.018)             | <b>194.352</b>     | 940.158           | (680.788)             | <b>259.370</b>     |
| Direitos de uso            | 433.194           | (168.465)             | <b>264.729</b>     | 413.108           | (149.632)             | <b>263.476</b>     |
| Outros ativos intangíveis  | 129.324           | (16.323)              | <b>113.001</b>     | 118.715           | (12.289)              | <b>106.426</b>     |
| <b>Total em operação</b>   | <b>12.472.058</b> | <b>(5.792.733)</b>    | <b>6.679.325</b>   | <b>12.147.558</b> | <b>(5.247.602)</b>    | <b>6.899.956</b>   |
| <b>Em obras</b>            |                   |                       |                    |                   |                       |                    |
| Obras em andamento         | 1.154.470         | -                     | <b>1.154.470</b>   | 1.082.975         | -                     | <b>1.082.975</b>   |
| <b>Total em obras</b>      | <b>1.154.470</b>  | <b>-</b>              | <b>1.154.470</b>   | <b>1.082.975</b>  | <b>-</b>              | <b>1.082.975</b>   |
| <b>Total do intangível</b> | <b>13.626.528</b> | <b>(5.792.733)</b>    | <b>7.833.795</b>   | <b>13.230.533</b> | <b>(5.247.602)</b>    | <b>7.982.931</b>   |

(b) A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

| Controladora                                       |                  |                       |                          |                 |                |                  |                  |
|--|------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------|----------------|------------------|------------------|
|  | Sistemas de      |                       |                          | Direitos de uso | Outros         | Em formação      | Total            |
|  | Água             | Esgotamento sanitário | Uso comum <sup>(1)</sup> |                 |                |                  |                  |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>            | <b>2.732.102</b> | <b>3.538.582</b>      | <b>259.370</b>           | <b>263.476</b>  | <b>106.426</b> | <b>1.082.975</b> | <b>7.982.931</b> |
| Adições  | 48.502           | 60.048                | 19.860                   | 19.094          | 18.703         | 229.560          | 395.767          |
| Baixas   | (97)             | (136)                 | (320)                    | -               | (577)          | (13.262)         | (14.392)         |
| Amortização  | (207.676)        | (239.948)             | (92.074)                 | (19.022)        | (4.192)        | -                | (562.912)        |
| PPP - Rio Manso                                    | -                | -                     | -                        | -               | -              | 4.407            | 4.407            |
| Juros capitalizados                                | -                | -                     | -                        | -               | -              | 25.422           | 25.422           |
| Transferências para ativo financeiro               | (783)            | (15.323)              | 363                      | 56              | (2.520)        | -                | (18.207)         |
| Transferências para imobilizado e entre intangível | 123.083          | 55.331                | 7.152                    | 927             | (4.928)        | (187.857)        | (6.292)          |
| Outros <sup>(2)</sup>                              | 2.092            | 11.466                | 1                        | 198             | 89             | -                | 13.846           |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>            | <b>2.697.223</b> | <b>3.410.020</b>      | <b>194.352</b>           | <b>264.729</b>  | <b>113.001</b> | <b>1.141.245</b> | <b>7.820.570</b> |

<sup>(1)</sup> Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

<sup>(2)</sup> Outros refere-se a ajustes de amortização de alterações ou renovações de concessões de exercício anteriores.

|  | Consolidado |                                   |               | Direitos de uso | Outros  | Em formação | Total     |
|--|-------------|-----------------------------------|---------------|-----------------|---------|-------------|-----------|
|  | Água        | Sistemas de Esgotamento sanitário | Uso comum (1) |                 |         |             |           |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015                   | 2.732.102   | 3.538.582                         | 259.370       | 263.476         | 106.426 | 1.082.975   | 7.982.931 |
| Adições  | 48.502      | 60.048                            | 19.860        | 19.094          | 18.703  | 242.785     | 408.992   |
| Baixas   | (97)        | (136)                             | (320)         | -               | (577)   | (13.262)    | (14.392)  |
| Amortização  | (207.676)   | (239.948)                         | (92.074)      | (19.022)        | (4.192) | -           | (562.912) |
| PPP - Rio Manso                                    | -           | -                                 | -             | -               | -       | 4.407       | 4.407     |
| Juros capitalizados                                | -           | -                                 | -             | -               | -       | 25.422      | 25.422    |
| Transferências para ativo financeiro               | (783)       | (15.323)                          | 363           | 56              | (2.520) | -           | (18.207)  |
| Transferências para imobilizado e entre intangível | 123.083     | 55.331                            | 7.152         | 927             | (4.928) | (187.857)   | (6.292)   |
| Outros   | 2.092       | 11.466                            | 1             | 198             | 89      | -           | 13.846    |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016                   | 2.697.223   | 3.410.020                         | 194.352       | 264.729         | 113.001 | 1.154.470   | 7.833.795 |

(1) Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

| Controladora / Consolidado           |             |                       |               |                 |         |             |           |
|--------------------------------------|-------------|-----------------------|---------------|-----------------|---------|-------------|-----------|
|                                      | Sistemas de |                       |               |                 |         |             |           |
|                                      | Água        | Esgotamento sanitário | Uso comum (1) | Direitos de uso | Outros  | Em formação | Total     |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014     | 2.069.253   | 3.172.649             | 257.609       | 240.674         | 79.723  | 1.738.969   | 7.558.877 |
| Adições                              | 58.021      | 67.172                | 29.895        | 16.479          | 39.385  | 372.168     | 583.120   |
| Baixas                               | (69)        | (22)                  | (206)         | -               | (1.211) | (29.940)    | (31.448)  |
| Amortização                          | (178.111)   | (216.962)             | (94.230)      | (18.068)        | (3.269) | -           | (510.640) |
| PPP - Rio Manso                      | -           | -                     | -             | -               | -       | 363.910     | 363.910   |
| Juros capitalizados                  | -           | -                     | -             | -               | -       | 21.433      | 21.433    |
| Transferências para ativo financeiro | (1.687)     | 148                   | 918           | 254             | (2.400) | -           | (2.767)   |
| Transferências para imobilizado      | 781.025     | 513.219               | 64.961        | 23.946          | (6.615) | (1.383.564) | (7.028)   |
| Outros                               | 3.670       | 2.378                 | 423           | 191             | 813     | (1)         | 7.474     |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015     | 2.732.102   | 3.538.582             | 259.370       | 263.476         | 106.426 | 1.082.975   | 7.982.931 |

(1) Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”, a partir do exercício de 2012.

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$562.912, sendo R\$556.353 como custo dos serviços prestados, R\$197 como despesas com vendas e R\$6.362 como despesas administrativas (R\$503.720, R\$236 e R\$6.684, respectivamente, no exercício de 2015).

A taxa média de amortização apurada na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 5,7%.

Em 31 de dezembro de 2016, as adições ao intangível, no montante de R\$395.767 referem-se, principalmente, a obras de ampliação dos Sistemas Produtores de Água Rio das Velhas e Serra Azul, da Estação de Tratamento de Esgoto Vieira (Montes Claros), e dos sistemas de esgotamento sanitário das cidades de Ribeirão das Neves, Coronel Fabriciano e Timóteo.

**(c) Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso**

A COPASA e a Odebrecht Ambiental - Manso S.A., Sociedade de Propósito Específico (SPE), formalizaram Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

O prazo de vigência do contrato é de 15 anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 20 de dezembro de 2013 e contempla: (i) o prazo de realização das obras de, no máximo, 24 meses, e (ii) o prazo subsequente de prestação dos serviços correspondente a 13 anos. O prazo de vigência estabelecido poderá ser prorrogado nos termos da lei, exclusivamente para a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação em 21 de dezembro de 2015.

As contraprestações para Sociedade de Propósito Específico - SPE começaram a ser pagas em janeiro de 2016 e foram contabilizadas da seguinte forma: R\$42,8 milhões como despesas de manutenção de sistemas (OPEX), R\$11 milhões como despesa financeira reconhecida no resultado de acordo com o período de reajuste (correção monetária) contratual e R\$111,5 milhões como amortização dos investimentos realizados (CAPEX).

Para o exercício de 2016, foi aplicado o índice de reajustamento do contrato apurado para o mês de abril, data prevista contratualmente para reajuste, visando correção do passivo constituído, resultando no valor de R\$13,4 milhões que foi contabilizado como despesa financeira. Do valor do passivo corrigido foram deduzidas as parcelas de contraprestação referentes à amortização dos investimentos.

A partir do exercício de 2017, para correção do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato será aplicado anualmente no mês de abril e será apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes.

## 10. Imobilizado

**(a) Controladora**

|                             | 31/12/2016 |                |                       |                     | 31/12/2015     |                       |                     |
|-----------------------------|------------|----------------|-----------------------|---------------------|----------------|-----------------------|---------------------|
|                             | Taxa média | Custo          | Depreciação acumulada | Imobilizado líquido | Custo          | Depreciação acumulada | Imobilizado líquido |
| <b>Em operação</b>          |            |                |                       |                     |                |                       |                     |
| Máquinas e equipamentos     | 23%        | 265.382        | (224.133)             | <b>41.249</b>       | 264.938        | (203.451)             | <b>61.487</b>       |
| Veículos                    | 20%        | 114.620        | (102.536)             | <b>12.084</b>       | 124.509        | (103.540)             | <b>20.969</b>       |
| Outros                      | 12%        | 191            | (184)                 | <b>7</b>            | 191            | (180)                 | <b>11</b>           |
|                             |            | 380.193        | (326.853)             | <b>53.340</b>       | 389.638        | (307.171)             | <b>82.467</b>       |
| Terrenos e edificações      | 4%         | 173.477        | (88.895)              | <b>84.582</b>       | 165.454        | (82.902)              | <b>82.552</b>       |
| <b>Total em operação</b>    |            | <b>553.670</b> | <b>(415.748)</b>      | <b>137.922</b>      | <b>555.092</b> | <b>(390.073)</b>      | <b>165.019</b>      |
| <b>Total do imobilizado</b> |            | <b>553.670</b> | <b>(415.748)</b>      | <b>137.922</b>      | <b>555.092</b> | <b>(390.073)</b>      | <b>165.019</b>      |

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

|   | <b>Máquinas e equipamentos</b> | <b>Veículos</b> | <b>Outros</b> | <b>Terrenos e edificações</b> | <b>Total</b>    |
|---|--------------------------------|-----------------|---------------|-------------------------------|-----------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b> | <b>61.487</b>                  | <b>20.969</b>   | <b>11</b>     | <b>82.552</b>                 | <b>165.019</b>  |
| Adições                                 | 442                            | 2               | -             | -                             | <b>444</b>      |
| Baixas                                  | (48)                           | (31)            | -             | (9)                           | <b>(88)</b>     |
| Depreciação                             | (20.981)                       | (9.090)         | (4)           | (3.758)                       | <b>(33.833)</b> |
| Transferências do intangível            | 341                            | 234             | -             | 5.717                         | <b>6.292</b>    |
| Outros                                  | 8                              | -               | -             | 80                            | <b>88</b>       |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b> | <b>41.249</b>                  | <b>12.084</b>   | <b>7</b>      | <b>84.582</b>                 | <b>137.922</b>  |

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$33.833, sendo R\$20.999 como custo dos serviços prestados, R\$4.812 como despesas com vendas e R\$8.022 como despesas administrativas (R\$23.310, R\$5.769 e R\$8.874, respectivamente, no exercício de 2015).

**(b) Consolidado**

|                             | <b>31/12/2016</b> |                              |                            | <b>31/12/2015</b> |                              |                            |
|-----------------------------|-------------------|------------------------------|----------------------------|-------------------|------------------------------|----------------------------|
|                             | <b>Custo</b>      | <b>Depreciação acumulada</b> | <b>Imobilizado líquido</b> | <b>Custo</b>      | <b>Depreciação acumulada</b> | <b>Imobilizado líquido</b> |
| <b>Em operação</b>          |                   |                              |                            |                   |                              |                            |
| Máquinas e equipamentos     | 265.382           | (224.133)                    | <b>41.249</b>              | 265.386           | (203.861)                    | 61.525                     |
| Veículos                    | 114.620           | (102.536)                    | <b>12.084</b>              | 124.835           | (103.866)                    | 20.969                     |
| Outros                      | 191               | (184)                        | <b>7</b>                   | 201               | (180)                        | 21                         |
|                             | <b>380.193</b>    | <b>(326.853)</b>             | <b>53.340</b>              | <b>390.422</b>    | <b>(307.907)</b>             | <b>82.515</b>              |
| Terrenos e edificações      | 173.477           | (88.895)                     | <b>84.582</b>              | 166.012           | (83.003)                     | 83.009                     |
| <b>Total em operação</b>    | <b>553.670</b>    | <b>(415.748)</b>             | <b>137.922</b>             | <b>556.434</b>    | <b>(390.910)</b>             | <b>165.524</b>             |
| <b>Total do imobilizado</b> | <b>553.670</b>    | <b>(415.748)</b>             | <b>137.922</b>             | <b>556.434</b>    | <b>(390.910)</b>             | <b>165.524</b>             |

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

|   | <b>Máquinas e equipamentos</b> | <b>Veículos</b> | <b>Outros</b> | <b>Terrenos e edificações</b> | <b>Total</b>   |
|---|--------------------------------|-----------------|---------------|-------------------------------|----------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b> | <b>61.525</b>                  | <b>20.969</b>   | <b>21</b>     | <b>83.009</b>                 | <b>165.524</b> |
| Adições                                 | 442                            | 2               | -             | -                             | 444            |
| Baixas                                  | (74)                           | (31)            | (10)          | (441)                         | (556)          |
| Depreciação                             | (20.992)                       | (9.090)         | (4)           | (3.784)                       | (33.870)       |
| Transferências do intangível            | 340                            | 234             | -             | 5.718                         | 6.292          |
| Outros                                  | 8                              | -               | -             | 80                            | 88             |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b> | <b>41.249</b>                  | <b>12.084</b>   | <b>7</b>      | <b>84.582</b>                 | <b>137.922</b> |

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$33.870, sendo R\$20.999 como custo dos serviços prestados, de R\$4.811 como despesas com vendas e de R\$8.059 como despesas administrativas (R\$24.375, R\$5.769 e R\$8.926, respectivamente, no exercício de 2015).

## 11. Outras Obrigações

|   | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
|   | 31/12/2016       | 31/12/2015       | 31/12/2016       | 31/12/2015       |
| Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais (i) | 57.771           | 56.220           | 58.321           | 57.120           |
| Parcelamento de impostos (ii)                           | 204.024          | 235.272          | 204.024          | 235.272          |
| Depósito para obras (iii)                               | 79.766           | 68.531           | 79.766           | 68.534           |
| PDVI (iv)   | 126              | 136.532          | 126              | 136.532          |
| Obrigações diversas                                     | 16.423           | 30.443           | 16.626           | 30.542           |
| <b>Total</b>  | <b>358.110</b>   | <b>526.998</b>   | <b>358.863</b>   | <b>528.000</b>   |
| <b>Passivo não circulante</b>                           | <b>(220.403)</b> | <b>(248.491)</b> | <b>(220.403)</b> | <b>(248.494)</b> |
| <b>Passivo circulante</b>                               | <b>137.707</b>   | <b>278.507</b>   | <b>138.460</b>   | <b>279.506</b>   |

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

(i) Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais são compostos por:

|                           | Controladora  |               | Consolidado   |               |
|---------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                           | 31/12/2016    | 31/12/2015    | 31/12/2016    | 31/12/2015    |
| INSS                      | 21.085        | 22.457        | 21.364        | 22.832        |
| COFINS                    | 17.557        | 13.343        | 17.672        | 13.444        |
| PIS                       | 3.779         | 2.869         | 3.804         | 2.891         |
| IRRF                      | 7.442         | 7.154         | 7.473         | 7.251         |
| FGTS                      | 4.010         | 6.405         | 4.082         | 6.479         |
| Outros                    | 3.898         | 3.992         | 3.926         | 4.223         |
| <b>Passivo circulante</b> | <b>57.771</b> | <b>56.220</b> | <b>58.321</b> | <b>57.120</b> |

- (ii) Refere-se a parcelamento de débitos de ISSQN com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota 23.
- (iii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES. Em 25 de março de 2015, a Companhia recebeu repasses nos valores de R\$2.809, R\$6.437 e R\$5.358, provenientes da Agência Nacional de Águas - ANA, conforme Nota 7.
- (iv) Provisão para pagamento das despesas extraordinárias a título de indenizações e incentivos do PDVI (Programa de Desligamento Voluntário Incentivado), referente a dois empregados que se encontram em gozo de auxílio doença.

## 12. Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

|   | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
|   | 31/12/2016     | 31/12/2015     | 31/12/2016     | 31/12/2015     |
| <b>Circulante</b>                             |                |                |                |                |
| Caixa Econômica Federal                       | 21.388         | 53.083         | 21.388         | 53.154         |
| BNDES - BNE                                   | 71.585         | 71.068         | 71.585         | 71.068         |
| Finame  | 20.073         | 17.374         | 20.073         | 17.374         |
| IBM   | 367            | -              | 367            | -              |
| Banco do Brasil                               | -              | -              | 490            | 658            |
| Bank of New York                              | 795            | 906            | 795            | 906            |
| KfW   | 32.233         | 46.203         | 32.233         | 46.203         |
| <b>Empréstimos bancários e financiamentos</b> | <b>146.441</b> | <b>188.634</b> | <b>146.931</b> | <b>189.363</b> |
| Debêntures simples                            | 365.469        | 300.777        | 365.469        | 300.777        |
| <b>Debêntures</b>                             | <b>365.469</b> | <b>300.777</b> | <b>365.469</b> | <b>300.777</b> |
| <b>Total circulante</b>                       | <b>511.910</b> | <b>489.411</b> | <b>512.400</b> | <b>490.140</b> |

|   |                  |                  |                  |                  |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Não circulante                                |                  |                  |                  |                  |
| Caixa Econômica Federal                       | 515.792          | 429.914          | 515.792          | 430.342          |
| BNDES - BNE                                   | 376.202          | 440.262          | 376.202          | 440.262          |
| Finame  | 85.975           | 105.604          | 85.975           | 105.604          |
| IBM   | 748              | -                | 748              | -                |
| Banco do Brasil                               | -                | -                | -                | 488              |
| Bank of New York                              | 81.696           | 97.881           | 81.696           | 97.881           |
| KfW   | 192.579          | 264.577          | 192.579          | 264.577          |
| <b>Empréstimos bancários e financiamentos</b> | <b>1.252.992</b> | <b>1.338.238</b> | <b>1.252.992</b> | <b>1.339.154</b> |
| Debêntures simples                            | 1.665.533        | 1.762.265        | 1.665.533        | 1.762.265        |
| <b>Debêntures</b>                             | <b>1.665.533</b> | <b>1.762.265</b> | <b>1.665.533</b> | <b>1.762.265</b> |
| <b>Total não circulante</b>                   | <b>2.918.525</b> | <b>3.100.503</b> | <b>2.918.525</b> | <b>3.101.419</b> |
| <b>Total circulante e não circulante</b>      | <b>3.430.435</b> | <b>3.589.914</b> | <b>3.430.925</b> | <b>3.591.559</b> |

**(a) Empréstimos e financiamentos**

Do valor total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor em moeda estrangeira totaliza R\$307.303 (R\$409.567 em dezembro de 2015), sendo R\$82.491 em dólares e R\$224.812 em euros (R\$98.787 em dólares e R\$310.780 em euros em dezembro de 2015, respectivamente).

Os empréstimos e financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R\$3.430.435 em 31 de dezembro de 2016 (R\$3.589.914 em 31 de dezembro de 2015), têm vencimento até 2038. Considerando o saldo devedor com a Libertas, no valor de R\$91.593 (R\$103.213 em 31 de dezembro de 2015) - Nota 17, o cupom médio é de 9,4% ao ano (8,7% em dezembro de 2015).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

| Ano de vencimento | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                   | 31/12/2016       | 31/12/2015       | 31/12/2016       | 31/12/2015       |
| 2017              | -                | 153.400          | -                | 153.959          |
| 2018              | 145.245          | 154.682          | 145.245          | 154.752          |
| 2019              | 143.880          | 141.361          | 143.880          | 141.432          |
| 2020              | 137.699          | 135.461          | 137.699          | 135.531          |
| 2021              | 133.798          | 131.368          | 133.798          | 131.439          |
| 2022              | 132.180          | 129.686          | 132.180          | 129.756          |
| 2023              | 100.612          | 98.298           | 100.612          | 98.303           |
| 2024 até 2038     | 459.578          | 393.982          | 459.578          | 393.982          |
| <b>Total</b>      | <b>1.252.992</b> | <b>1.338.238</b> | <b>1.252.992</b> | <b>1.339.154</b> |

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

|   | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
|   | 31/12/2016       | 31/12/2015       | 31/12/2016       | 31/12/2015       |
| <b>Saldo 01 de janeiro</b>                | <b>1.526.872</b> | <b>1.589.789</b> | <b>1.528.517</b> | <b>1.592.290</b> |
| Ingressos de empréstimos e financiamentos | 111.553          | 163.406          | 111.553          | 163.406          |
| Encargos provisionados                    | 88.186           | 112.357          | 88.315           | 112.595          |
| Variação monetária e cambial              | (55.652)         | 117.407          | (55.652)         | 117.407          |
| Amortização de encargos                   | (89.001)         | (112.454)        | (89.134)         | (112.693)        |
| Amortização de principal                  | (182.525)        | (343.633)        | (183.676)        | (344.488)        |
| <b>Saldo 31 de dezembro</b>               | <b>1.399.433</b> | <b>1.526.872</b> | <b>1.399.923</b> | <b>1.528.517</b> |

(b) Debêntures

| Controladora / Consolidado  |                    |            |                |            |                |
|-----------------------------|--------------------|------------|----------------|------------|----------------|
| Subscrições / séries        | Data da subscrição | 31/12/2016 |                | 31/12/2015 |                |
|                             |                    | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Debêntures não conversíveis |                    |            |                |            |                |
| Subscrição 3ª emissão       |                    |            |                |            |                |
| 1ª a 6ª                     | 06/12/2007         | 16.275     | 32.270         | 16.132     | 47.719         |
| 7ª                          | 25/09/2008         | 2.712      | 5.378          | 2.689      | 7.953          |
| 8ª                          | 06/12/2008         | 8.137      | 16.135         | 8.066      | 23.860         |
| 9ª a 11ª                    | 30/03/2009         | 8.137      | 16.135         | 8.066      | 23.860         |
| 12ª a 14ª                   | 27/11/2009         | 2.713      | 5.378          | 2.689      | 7.953          |
| 15ª a 17ª                   | 26/05/2010         | 8.137      | 16.135         | 8.066      | 23.860         |
| 18ª                         | 02/07/2010         | 2.713      | 5.379          | 2.689      | 7.953          |
| Total 3ª emissão            |                    | 48.824     | 96.810         | 48.397     | 143.158        |
| Subscrição 4ª emissão       |                    |            |                |            |                |
| 1ª                          | 27/12/2010         | 45.435     | 188.722        | 43.967     | 211.502        |
| 2ª                          | 24/11/2011         | 25.533     | 115.203        | 25.308     | 138.350        |
| 3ª                          | 27/12/2012         | 33.768     | 152.528        | 33.507     | 183.175        |
| Total 4ª emissão            |                    | 104.736    | 456.453        | 102.782    | 533.027        |
| Subscrição 5ª emissão       |                    |            |                |            |                |
| Única                       | 27/10/2011         | 19.545     | 240.005        | 20.029     | 257.458        |
| Total 5ª emissão            |                    | 19.545     | 240.005        | 20.029     | 257.458        |
| Subscrição 6ª emissão       |                    |            |                |            |                |
| 1ª                          | 23/02/2012         | 28.992     | -              | 58.715     | 28.520         |
| 2ª                          | 23/02/2012         | 53.712     | 92.702         | 52.391     | 129.998        |
| Total 6ª emissão            |                    | 82.704     | 92.702         | 111.106    | 158.518        |
| Subscrição 7ª emissão       |                    |            |                |            |                |
| 1ª                          | 24/04/2014         | 3.649      | 130.000        | 3.961      | 130.000        |
| 2ª                          | 24/04/2014         | 36.884     | 117.253        | 7.157      | 136.994        |
| Total 7ª emissão            |                    | 40.533     | 247.253        | 11.118     | 266.994        |
| Subscrição 8ª emissão       |                    |            |                |            |                |
| 1ª                          | 21/12/2015         | 5.998      | 60.872         | 133        | 37.062         |
| 2ª                          | 15/12/2015         | 2.713      | 27.344         | 393        | 15.578         |
| Total 8ª emissão            |                    | 8.711      | 88.216         | 526        | 52.640         |
| Subscrição 9ª emissão       |                    |            |                |            |                |
| 1ª                          | 28/08/2015         | 33.694     | 304.333        | 6.617      | 332.000        |
| 2ª                          | 28/08/2015         | 203        | 19.761         | 202        | 18.470         |
| Total 9ª emissão            |                    | 33.897     | 324.094        | 6.819      | 350.470        |
| Subscrição 10ª emissão      |                    |            |                |            |                |
| Única                       | 15/09/2016         | 26.519     | 120.000        | -          | -              |
| Total 10ª emissão           |                    | 26.519     | 120.000        | -          | -              |
| Total de debêntures         |                    | 365.469    | 1.665.533      | 300.777    | 1.762.265      |



Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

| Ano de vencimento | Controladora / Consolidado |                  |
|-------------------|----------------------------|------------------|
|                   | 31/12/2016                 | 31/12/2015       |
| 2017              | -                          | 292.265          |
| 2018              | 396.836                    | 346.745          |
| 2019              | 529.251                    | 479.002          |
| 2020              | 284.268                    | 237.245          |
| 2021              | 158.796                    | 148.483          |
| 2022              | 97.499                     | 88.327           |
| 2023              | 25.867                     | 20.676           |
| 2024 até 2031     | 173.016                    | 149.522          |
| <b>Total</b>      | <b>1.665.533</b>           | <b>1.762.265</b> |

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

|                                | Controladora / Consolidado |                  |
|--------------------------------|----------------------------|------------------|
|                                | 31/12/2016                 | 31/12/2015       |
| <b>Saldo em 01 de janeiro</b>  | <b>2.063.042</b>           | <b>1.845.040</b> |
| Ingressos de debêntures        | 181.246                    | 402.948          |
| Encargos provisionados         | 215.134                    | 172.037          |
| Variação monetária             | 47.676                     | 58.509           |
| Amortização de encargos        | (213.671)                  | (165.777)        |
| Amortização de principal       | (262.425)                  | (249.715)        |
| <b>Saldo em 31 de dezembro</b> | <b>2.031.002</b>           | <b>2.063.042</b> |

**(c) Valor justo**

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão demonstrados na Nota 20.3(b).

**(d) Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants***

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros, devidamente auditados e com periodicidade de apuração do resultado distintas, conforme estabelecido nos respectivos contratos.

**(i) Apuração trimestral com dados acumulados de 12 meses - *Covenants* de contratos com o BNDES:**

| <u>Índice</u>                           | <u>Limite</u>           | <u>Faixa</u>            |
|---|-------------------------|-------------------------|
| EBITDA / despesas financeiras ajustadas | Igual ou superior a 3,8 | Igual ou superior a 3,0 |
| Dívida líquida ajustada / EBITDA        | Igual ou inferior a 3,0 | Igual ou inferior a 3,8 |
| Outras dívidas onerosas / EBITDA        | Igual ou inferior a 1,0 | Igual ou inferior a 1,3 |

Em 25 de fevereiro de 2016, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, autorizou a suspensão, até 31 de dezembro de 2017, da hipótese de descumprimento dos índices pactuados e de suas respectivas penalidades contratuais, estabelecendo ainda que, durante o período da suspensão, será mantido o reforço de garantia efetuado em 2015. Em 31 de dezembro de 2016, tendo em vista a suspensão, não há infração para este contrato.

**(ii) Apuração semestral (junho e dezembro) com dados acumulados de 12 meses - *Covenants* de contratos FGTS sindicalizados:**

| <u>Índice</u>                            | <u>Limite</u>           |
|--|-------------------------|
| Exigível total / patrimônio líquido      | Igual ou inferior a 1,0 |
| EBITDA / serviço da dívida               | Mínimo de 1,5           |
| Ligação de água e esgoto / nº empregados | Maior que 350           |

Com base nos resultados projetados para 2015, a Companhia verificou a possibilidade do descumprimento do índice e limite financeiro EBITDA ajustado/Serviço da Dívida. Diante disso, em 03 de dezembro de 2015, a Companhia protocolou pedido de *waiver* junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., estabelecendo prazo máximo de resposta em até 30 (trinta) dias da data de protocolo do pleito. Em 09 de março de 2016 o Banco Itaú Unibanco S.A., Agente Financeiro da operação, em resposta ao pleito da Companhia, estabeleceu a observância do índice financeiro EBITDA ajustado/Serviço da dívida igual ou superior a 1,1, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, condicionado ao pagamento de *waiver fee* a ser realizado em 31 de março de 2016, segundo as condições estabelecidas. Em 31 de dezembro de 2016 todos os índices foram cumpridos.

**(iii) Apuração anual com dados acumulados do exercício social**

**iii-a) *Covenants* da 5ª emissão de debêntures (Caixa FI):**

| <u>Índice</u>                                 | <u>Limite</u>           |
|---|-------------------------|
| Exigível total / patrimônio líquido           | Igual ou inferior a 1,0 |
| EBITDA / serviço da dívida                    | Igual ou superior a 1,5 |
| Dívida líquida / patrimônio líquido           | Igual ou inferior a 1,0 |
| Dívida líquida / EBITDA                       | Igual ou inferior a 3,0 |
| EBITDA / receita operacional líquida ajustada | Igual ou superior a 36% |

Com base nos resultados projetados para 2015, a Companhia verificou a possibilidade de descumprimento dos índices e limites financeiros EBITDA ajustado/Serviço da Dívida, Dívida Líquida/EBITDA ajustado e EBITDA ajustado/ROL. Diante disso, em 19 e 27 de novembro de 2015, protocolou pedidos de *waiver* junto ao debenturista único, Carteira Administrada de Saneamento do FGTS, e ao respectivo Agente Fiduciário PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA, estabelecendo prazo máximo de resposta em até 30 (trinta) dias da data de protocolo do pleito. Em 09 de março de 2016, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, foi autorizada a dispensa temporária de manutenção dos índices financeiros acima citados, exclusivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2016 todos os índices foram cumpridos.

**iii-b) *Covenants* do contrato com o KfW:**

| <u>Índice</u>                       | <u>Limite</u>           |
|-------------------------------------|-------------------------|
| Exigível total / patrimônio líquido | Igual ou inferior a 1,0 |
| EBITDA / serviço da dívida          | Igual ou superior a 1,5 |

Com base nos resultados projetados para 2015, a Companhia verificou a possibilidade de descumprimento do índice e limite financeiro EBITDA ajustado/Serviço da Dívida. Diante disso, em 01 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou pedido de *waiver* junto ao KfW, estabelecendo prazo máximo de resposta em até 30 (trinta) dias da data de protocolo do pleito. Em 04 de março de 2016 o KfW decidiu autorizar a dispensa de verificação do índice financeiro acima citado, exclusivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2016 todos os índices foram cumpridos.

**iii-c) *Covenants* das 6ª e 7ª emissões de debêntures (públicas):**

| <u>Índice</u>              | <u>Limite</u>           |
|----------------------------|-------------------------|
| Dívida líquida / EBITDA    | Igual ou inferior a 3,0 |
| EBITDA / serviço da dívida | Igual ou superior a 1,5 |

Com base nos resultados projetados para 2015, a Companhia verificou a possibilidade do descumprimento dos índices e limites financeiros EBITDA ajustado/Serviço da Dívida e Dívida líquida / EBITDA ajustado. Diante

disso, em 26 de novembro de 2015, a Companhia protocolou pedido de *waiver* junto ao Agente Fiduciário PENTÁGONO S.A., bem como junto aos coordenadores líderes de cada emissão, estabelecendo prazo máximo de resposta em até 35 (trinta e cinco) dias da data de protocolo do pleito. Após duas Assembleias de Debenturistas, realizadas em 28 de janeiro de 2016 e em 29 de fevereiro de 2016, os debenturistas aprovaram a dispensa temporária de verificação dos índices financeiros previstos nas escrituras de emissão, exclusivamente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, condicionado ao pagamento de *waiver fee* à vista, em moeda corrente nacional, no dia 15 de abril de 2016, segundo as condições estabelecidas para cada série das debêntures, constantes nas respectivas atas. Em 31 de dezembro de 2016 todos os índices foram cumpridos.

**iii-d) Covenants da 9ª e 10ª emissão de debêntures (públicas):**

| <u>Índice</u>              | <u>Limite</u>           |
|----------------------------|-------------------------|
| Dívida líquida / EBITDA    | Igual ou inferior a 4,0 |
| EBITDA / serviço da dívida | Igual ou superior a 1,2 |

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016 todos os índices acima foram cumpridos.

## 13. Provisão para Contingências

**(a) Contingências prováveis**

A composição das provisões para contingências está assim demonstrada:

| <b>Controladora</b> |                    |                        |                |                    |                        |                  |
|---------------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------------|------------------------|------------------|
|                     | <b>31/12/2016</b>  |                        |                | <b>31/12/2015</b>  |                        |                  |
|                     | Contin-<br>gências | Depósitos<br>judiciais | Saldo líquido  | Contin-<br>gências | Depósitos<br>judiciais | Saldo<br>líquido |
| Cíveis              | 61.515             | (1.448)                | 60.067         | 57.525             | (1.327)                | 56.198           |
| Trabalhistas        | 56.930             | (1.633)                | 55.297         | 41.869             | (1.400)                | 40.469           |
| Tributárias         | 26.120             | -                      | 26.120         | 109                | -                      | 109              |
| Ambientais          | 43.855             | -                      | 43.855         | 70                 | -                      | 70               |
| <b>Total</b>        | <b>188.420</b>     | <b>(3.081)</b>         | <b>185.339</b> | <b>99.573</b>      | <b>(2.727)</b>         | <b>96.846</b>    |

  

| <b>Consolidado</b> |                    |                        |                |                    |                        |                  |
|--------------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------------|------------------------|------------------|
|                    | <b>31/12/2016</b>  |                        |                | <b>31/12/2015</b>  |                        |                  |
|                    | Contin-<br>gências | Depósitos<br>judiciais | Saldo líquido  | Contin-<br>gências | Depósitos<br>judiciais | Saldo<br>líquido |
| Cíveis             | 62.016             | (1.448)                | 60.568         | 57.555             | (1.327)                | 56.228           |
| Trabalhistas       | 56.996             | (1.987)                | 55.009         | 44.482             | (2.311)                | 42.171           |
| Tributárias        | 26.120             | -                      | 26.120         | 109                | -                      | 109              |
| Ambientais         | 43.855             | -                      | 43.855         | 70                 | -                      | 70               |
| <b>Total</b>       | <b>188.987</b>     | <b>(3.435)</b>         | <b>185.552</b> | <b>102.216</b>     | <b>(3.638)</b>         | <b>98.578</b>    |

A movimentação das provisões para contingências está assim demonstrada:

|   | <b>Controladora</b> | <b>Consolidado</b> |
|---|---------------------|--------------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2015, antes da compensação de depósitos judiciais</b> | <b>99.573</b>       | <b>102.216</b>     |
| Adições   | 134.144             | 136.948            |
| Reversões   | (45.297)            | (50.177)           |
| Compensação de depósitos judiciais  | (3.081)             | (3.435)            |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>  | <b>185.339</b>      | <b>185.552</b>     |

As adições e reversões referem-se a reclassificações de risco em processos judiciais que foram realizadas no âmbito do Fórum de Contingências instituído em agosto de 2015, para revisão e validação dos riscos indicados pela área jurídica nos processos contra a Companhia, baseadas em jurisprudências ou sentenças prolatadas pelo judiciário.

As principais adições no período referem-se a provisão ambiental judicial referente ao cumprimento da lei Estadual nº 12.503/97, duas causas tributárias reclassificadas de possível para provável, que estão descritas a seguir. Adicionalmente, ocorreram provisões cíveis e trabalhistas pulverizadas.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os acima de R\$5 milhões estão listados nos incisos a seguir:

#### **(i) Provisões cíveis**

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Município de Teófilo Otoni ajuizou ação anulatória contra a COPASA aduzindo que a cobrança da tarifa de esgoto seria irregular, alegando que não haveria a prestação desses serviços. Por tais razões, requereu a nulidade dos débitos referente ao esgotamento sanitário no período de 05/2006 a 04/2008. A perícia judicial entendeu que o serviço não seria efetivamente prestado, uma vez que não haveria tratamento de esgoto. A COPASA peticionou nos autos requerendo a extinção do processo, tendo em vista a realização de acordo extrajudicial englobando os débitos. O processo encontra-se com a Procuradoria do Município. O valor provisionado em 2016 é de R\$17.258. (R\$15.811 em dezembro de 2015). Não houve fato novo relevante no processo no ano de 2016.

Os proprietários do imóvel situado no Bairro Nova Suíça, na Cidade de Nova Lima, com área total de 76.735,00 m², ajuizaram ação alegando, em sua peça inicial, serem legítimos proprietários e possuidores do referido imóvel. Sustentam que, no ano de 1999, a COPASA teria invadido a área em questão, sem qualquer decreto expropriatório, tendo cercado uma gleba de 28.333,91 m², para abastecimento da cidade de Belo Horizonte. Acrescenta que, além disso, a COPASA estaria distribuindo lotes do referido terreno, mediante cessões gratuitas a pessoas e associações. Pede a reintegração na posse do imóvel, restituindo a área cercada “nas mesmas condições”. Subsidiariamente, pede indenização pelo valor de mercado do imóvel. O valor provisionado em 2016 é de R\$13.906 (R\$12.739 em dezembro de 2015). Não houve fato relevante no processo no ano de 2016.

O Ministério Público ajuizou, em 2005, ação de indenização por danos ambientais causados à Lagoa Central no Município de Lagoa Santa, sendo que a COPASA MG foi condenada a pagar referida indenização. Atualmente, o processo encontra-se com recurso interposto perante o Superior Tribunal de Justiça. O valor provisionado em 2016 é de R\$5.827.

#### **(ii) Provisões trabalhistas**

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "*in itinere*", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável.

Existe uma ação trabalhista coletiva, em curso na 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, conexa à ação civil pública, pela qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho questionam a extinta política de desligamento e o programa motivacional adotado pela Companhia, pleiteando a reintegração dos empregados desligados sob essa política, com o pagamento de salários vincendos e vencidos. Nesse processo, a COPASA obteve êxito em 1ª instância, mas a decisão foi reformada em 2ª instância e encontra-se atualmente pendente de decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Foi estimado como perda provável, cujo valor foi determinado a partir de cálculos efetivados

sob diretrizes e fundamentos jurídicos postos pelos advogados contratados para a condução do processo, sendo que o valor provisionado em 31 de dezembro de 2016 foi atualizado para R\$26.791 (R\$24.801 em dezembro de 2015).

A Companhia é parte em vinte e sete processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que autuou a Companhia, destacando aquele de maior valor pecuniário, que decorre da ausência de reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, no qual a Fiscalização do Trabalho entendeu que isso implica em significativa subtração de salário. Em razão disso, foram lavrados autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação. Essa multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$6.512 (R\$6.073 em dezembro de 2015).

#### **(i) Tributária**

Em abril de 2004 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, em função de não ter incluído nas bases de cálculo do PIS/PASEP, as receitas financeiras provenientes das variações cambiais de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A Companhia interpôs recurso administrativo, visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário. Entretanto, tais recursos administrativos tiveram seu provimento negado pelo Conselho de Contribuintes. Diante desta situação a COPASA ajuizou, ação ordinária perante a Justiça Federal, questionando a validade da autuação e requerendo a declaração da inexistência da obrigação tributária, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei nº 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. O processo transitou em julgado em desfavor da COPASA, devido ao entendimento de que nesse caso específico houve coisa julgada, por já haver questionado a matéria em mandado de segurança, sendo que o débito foi quitado com o valor do depósito em garantia do juízo. O valor provisionado é de R\$14.687.

Em 31 de dezembro de 2004, a COPASA MG apurou um saldo negativo de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ, no valor de R\$10.146. Por conseguinte, a COPASA MG pleiteou a compensação de IRPJ por ela devido em janeiro, fevereiro e março de 2005, com o referido saldo negativo, apurado em 2004. No entanto, a Secretaria da Receita Federal não homologou o pedido de compensação. Após a apresentação de defesa e recurso administrativo, a Secretaria da Receita Federal homologou apenas parcialmente a compensação pleiteada, não aceitando a compensação de R\$3.757, ao argumento de que a COPASA MG optou por discuti-lo judicialmente, fato que impede à compensação. Dessa forma a Procuradoria da Fazenda Nacional ajuizou execução fiscal perante a Justiça Federal, contra a COPASA MG, visando ao recebimento do citado valor que, atualizado, soma R\$12.722. Por seu turno, a COPASA MG contratou um seguro garantia judicial, no valor do débito atualizado e apresentou embargos à execução fiscal, onde obteve decisão judicial liminar favorável, para emitir, em seu favor, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa e para suspender os efeitos da sua inclusão no CADIN. No entendimento da Companhia, o valor executado foi por ela integralmente pago, por meio de parcelamento ordinário, realizado em 14 de outubro de 2010. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, onde será realizada perícia contábil para apuração dos fatos. O valor do provisionamento é R\$12.722.

#### **(iii) Provisões Ambientais**

A Lei Estadual nº 12.503/97 impõe à Companhia, na condição de concessionária de serviços públicos, a obrigação de proteger e preservar o meio ambiente, através de investimento de 0,5% do valor total da receita operacional apurada nos municípios onde opera, sendo que um terço deve ser destinado à reconstituição da vegetação ciliar ao longo dos cursos d'água.

Para mitigar os riscos eminentes e preservar a Companhia de impactos negativos em seu resultado, decorrentes de decisões judiciais contrárias ao seu pleito quanto à suspensão de todos os processos judiciais em que se discute a constitucionalidade da referida Lei, a Companhia constituiu provisão judicial no exercício de 2016 no valor de R\$43.584. Para determinação do período a ser provisionado, adotou-se o pressuposto de que a obrigação de fazer, em decorrência do cumprimento dessa Lei, teria prescrição quinquenal, desta forma, a cada ano será incorporado o exercício findo em substituição ao primeiro.

## **(b) Contingências possíveis**

A COPASA discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

| <b>Natureza</b> | <b>31/12/2016</b> | <b>31/12/2015</b> |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| Cível (i)       | 189.253           | 178.741           |
| Trabalhista     | 35.945            | 31.086            |
| Tributária      | 26.269            | 7.289             |
| Ambiental       | -                 | 848               |
| <b>Total</b>    | <b>251.467</b>    | <b>217.964</b>    |

### **(i) Cível**

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais, e podem ser divididas em:

#### **Ações individuais**

A Companhia e suas controladas são parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas controladas.

#### **Ações coletivas**

A Companhia é parte em ações cíveis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 19 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Barbacena, Campina Verde, Caratinga, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Guidoal, Itajubá, Lavras, Leopoldina, Luz, Mateus Leme, Nanuque, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Serra da Saudade, Ubá e Montes Claros. Com exceção de Caratinga e São Gotardo, as demais ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

## **14. Participação nos Lucros e Resultados**

O cálculo da Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados da Empresa tem como base o equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal. A distribuição dessa participação é realizada de forma linear para todos os empregados, desde 2008.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia provisionou R\$27.613, referente à participação dos empregados no resultado auferido no exercício (em 2015, devido ao prejuízo apurado no exercício, não houve provisionamento de valores referente à participação dos empregados).

## 15. Imposto de Renda e Contribuição Social

### (a) Imposto de renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

|   | Controladora     |               | Consolidado      |               |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|
|   | 31/12/2016       | 31/12/2015    | 31/12/2016       | 31/12/2015    |
| Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições | 600.032          | (28.944)      | 600.499          | (27.980)      |
| Alíquota nominal                                      | 34%              | 34%           | 34%              | 34%           |
| <b>Despesa esperada à taxa nominal</b>                | <b>(204.011)</b> | <b>9.841</b>  | <b>(204.170)</b> | <b>9.513</b>  |
| IRPJ e CSLL sobre:                                    |                  |               |                  |               |
| (Adições) /exclusões                                  |                  |               |                  |               |
| Equivalência patrimonial                              | (1.587)          | (306)         | -                | -             |
| Realização de correção monetária especial             | (26)             | (28)          | (26)             | (28)          |
| Doações e subvenções                                  | 1.650            | -             | 1.650            | -             |
| Outras (adições) /exclusões                           | (8.378)          | 4.699         | (10.273)         | 3.757         |
| Outros itens de reconciliação                         |                  |               |                  |               |
| Juros sobre o capital próprio                         | 40.757           | 2.772         | 40.757           | 2.772         |
| Incentivos fiscais                                    | 5.724            | 374           | 5.724            | 374           |
| <b>IRPJ e CSLL</b>                                    | <b>(165.871)</b> | <b>17.352</b> | <b>(166.338)</b> | <b>16.388</b> |
| IRPJ e CSLL correntes                                 | (155.793)        | (3.735)       | (156.260)        | (4.699)       |
| IRPJ e CSLL diferidos                                 | (10.078)         | 21.087        | (10.078)         | 21.087        |
| <b>IRPJ e CSLL</b>                                    | <b>(165.871)</b> | <b>17.352</b> | <b>(166.338)</b> | <b>16.388</b> |

### (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

| <b>Controladora / Consolidado</b>                        |                   |                             |                                 |                   |
|--|-------------------|-----------------------------|---------------------------------|-------------------|
|  | <b>31/12/2015</b> | <b>Resultado abrangente</b> | <b>Reconhecido no resultado</b> | <b>31/12/2016</b> |
| <b>No ativo</b>  |                   |                             |                                 |                   |
| Imposto de renda e contribuição social                   |                   |                             |                                 |                   |
| Diferenças temporárias                                   |                   |                             |                                 |                   |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e litígios | 41.226            | -                           | 31.304                          | 72.530            |
| Provisão para obrigações atuariais                       | 7.443             | -                           | (4.464)                         | 2.979             |
| Provisão para ajustes de CPCs                            | 158.891           | -                           | (10.055)                        | 148.836           |
| Provisão para contingências tributárias                  | 28.881            | -                           | (6.931)                         | 21.950            |
| Outras provisões temporárias diversas                    | 31.448            | -                           | (28.785)                        | 2.663             |
| <b>Total do ativo</b>                                    | <b>267.889</b>    | <b>-</b>                    | <b>(18.931)</b>                 | <b>248.958</b>    |
| <b>No passivo</b>  |                   |                             |                                 |                   |
| Imposto de renda e contribuição social                   |                   |                             |                                 |                   |
| Variação cambial diferida                                | 4.854             | -                           | 982                             | 5.836             |
| Provisão para ajustes de CPCs                            | 101.285           | 4.572                       | (8.125)                         | 97.733            |
| Provisão para obrigações atuariais                       | 7.502             | (17.332)                    | -                               | (9.830)           |
| <b>Total do passivo</b>                                  | <b>113.641</b>    | <b>(12.760)</b>             | <b>(7.143)</b>                  | <b>93.739</b>     |
| <b>Total líquido</b>                                     | <b>154.248</b>    | <b>12.760</b>               | <b>(11.788)</b>                 | <b>155.219</b>    |

Nos dias 08 e 09 de março de 2017, o Conselho Fiscal opinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico elaborado pela Companhia, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os eventos tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2016, conforme estimativa a seguir:

| <b>Expectativa de realização do ativo diferido</b> | <b>Controladora / Consolidado</b> |
|--|-----------------------------------|
| Em 2017  | 18.437                            |
| Em 2018  | 26.413                            |
| Em 2019  | 17.151                            |
| Em 2020  | 11.308                            |
| Em 2021  | 10.153                            |
| Após 2021  | 165.496                           |
|  | <b>248.958</b>                    |

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

## 16. Convênios de Cooperação Técnica

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênios assinados pela Companhia com: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana - SEDRU; Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS; Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas - SEDINOR/Ministério das Cidades/Ministério da Integração Nacional; Secretaria de Estado da Saúde - SES; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. O objetivo destes convênios é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Nordeste de Minas, Centro Oeste, Sul e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.



Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores, quando recebidos, reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica, no passivo circulante, e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

Os valores desembolsados a título de contrapartida serão registrados no Ativo Intangível, dentro da classe de Direito de Exploração de Concessão, com aderência ao que define o ICP 01 que estabelece que os investimentos realizados pelo concessionário em construções ou melhorias das infraestruturas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário constituem um direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços (via tarifa).

De acordo com determinação contida na Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, os recursos de convênio de cooperação técnica serão mantidos em conta bancária específica e os saques só serão permitidos para pagamento de despesas constantes do programa de trabalho, e os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados em instituição financeira oficial, nas modalidades legalmente admitidas. O montante dos recursos disponíveis de convênios de cooperação técnica é registrado no item “bancos e aplicações de convênios”. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía o montante de R\$37.214 na Controladora (R\$27.442 em 31 de dezembro de 2015) e R\$37.175 no Consolidado (R\$32.221 em 31 de dezembro de 2015) registrados como bancos e aplicações de convênios.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

| <b>Controladora</b>           |                          |                               |                |
|-------------------------------|--------------------------|-------------------------------|----------------|
|                               | <b>A receber (ativo)</b> | <b>Adiantamento (passivo)</b> | <b>Líquido</b> |
| <b>31 de dezembro de 2016</b> |                          |                               |                |
| Estado                        | 59.228                   | (43.778)                      | <b>15.450</b>  |
| Outros                        | 216.749                  | (197.737)                     | <b>19.012</b>  |
| <b>Total</b>                  | <b>275.977</b>           | <b>(241.515)</b>              | <b>34.462</b>  |
| <b>31 de dezembro de 2015</b> |                          |                               |                |
| Estado                        | 58.404                   | (41.562)                      | <b>16.842</b>  |
| Outros                        | 186.136                  | (161.242)                     | <b>24.894</b>  |
| <b>Total</b>                  | <b>244.540</b>           | <b>(202.804)</b>              | <b>41.736</b>  |
| <b>Consolidado</b>            |                          |                               |                |
|                               | <b>A receber (ativo)</b> | <b>Adiantamento (passivo)</b> | <b>Líquido</b> |
| <b>31 de dezembro de 2016</b> |                          |                               |                |
| Estado                        | 632.035                  | (610.875)                     | <b>21.160</b>  |
| Outros                        | 216.749                  | (197.737)                     | <b>19.012</b>  |
| <b>Total</b>                  | <b>848.784</b>           | <b>(808.612)</b>              | <b>40.172</b>  |
| <b>31 de dezembro de 2015</b> |                          |                               |                |
| Estado                        | 610.041                  | (594.546)                     | <b>15.495</b>  |
| Outros                        | 186.136                  | (161.242)                     | <b>24.894</b>  |
| <b>Total</b>                  | <b>796.177</b>           | <b>(755.788)</b>              | <b>40.389</b>  |

## 17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

| Controladora / Consolidado  |                |                |
|---|----------------|----------------|
|   | 31/12/2016     | 31/12/2015     |
| Obrigações de longo prazo   | 110.300        | 104.895        |
| Obrigações de curto prazo   | 20.685         | 18.495         |
|   | <b>130.985</b> | <b>123.390</b> |
| Contribuições normais   | 12.441         | 12.929         |
| <b>Total das obrigações registradas no balanço patrimonial <sup>(1)</sup></b> | <b>143.426</b> | <b>136.319</b> |

<sup>(1)</sup> Com a instituição da paridade contributiva a Companhia passou a contribuir mensalmente com o mesmo valor da contribuição dos empregados participantes, incluindo a contribuição extraordinária, o que gerou um passivo no valor de R\$91,6 milhões (R\$103,2 milhões em 2015).

Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:

|   |              |               |
|---|--------------|---------------|
| Plano de Benefícios RP1 - BD  | 443          | 2.013         |
| Plano COPASA Saldado  | 2.228        | 9.388         |
| Novo Plano COPASA - CD  | (1.106)      | (859)         |
|   | <b>1.565</b> | <b>10.542</b> |
| Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício | (33.646)     | 1.408         |
| Ganhos / perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente do exercício | 19.082       | 14.563        |

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano Benefício Definido (BD) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o plano Benefício Definido (BD) saldado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano de Contribuição Definida (CD) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2011, após a conclusão do processo de migração, o plano BD possuía 150 participantes ativos e 183 assistidos; o saldado 2.018 participantes ativos e 1.364 assistidos; e o CD 10.621 participantes ativos e 476 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano RP1 de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano COPASA Saldado são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; e b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano

anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatilidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas com base nas normas legais vigentes.

#### a) Valores consolidados do passivo

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

|   | 31/12/2016       | 31/12/2015       |
|---|------------------|------------------|
| Valor presente das obrigações financiadas | (1.043.260)      | (811.768)        |
| Valor justo dos ativos do plano           | 939.225          | 788.132          |
| Efeito do teto do ativo                   | (21.362)         | (7.357)          |
| Restrição do déficit contratado           | (5.588)          | (73.765)         |
| <b>Passivo líquido do plano</b>           | <b>(130.985)</b> | <b>(104.758)</b> |

|  | 31/12/2016       | 31/12/2015     |
|--|------------------|----------------|
| <b>Em 1º de janeiro</b>                              | <b>811.767</b>   | <b>870.397</b> |
| Custo do serviço corrente                            | (869)            | (463)          |
| Custo financeiro                                     | 101.563          | 93.341         |
| Contribuições dos participantes do plano             | 2.315            | 2.090          |
| Remensurações Atuariais                              | 196.835          | (107.780)      |
| Benefícios pagos pelo plano                          | (68.351)         | (45.818)       |
| <b>Valor presente da obrigação em 31 de dezembro</b> | <b>1.043.260</b> | <b>811.767</b> |

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

|                                       | 31/12/2016     | 31/12/2015     |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| <b>Em 1º de janeiro</b>               | <b>788.132</b> | <b>755.495</b> |
| Retorno real sobre os ativos do plano | 190.814        | 51.848         |
| Contribuições do empregador           | 26.315         | 24.517         |
| Contribuições dos empregados          | 2.315          | 2.090          |
| Benefícios pagos                      | (68.351)       | (45.818)       |
| <b>Valor justo em 31 de dezembro</b>  | <b>939.225</b> | <b>788.132</b> |

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

|   | 31/12/2016   | 31/12/2015    |
|---|--------------|---------------|
| Custo dos serviços correntes              | (869)        | (464)         |
| Custo financeiro                          | 101.563      | 93.342        |
| Retorno esperado sobre os ativos do plano | (100.255)    | (82.336)      |
| Juros sobre o efeito do teto do ativo     | 1.126        | -             |
|   | <b>1.565</b> | <b>10.542</b> |

**b) Valores segregados por plano de benefício**

**1) Plano de benefícios RP1 - BD**

|   | <b>31/12/2016</b> | <b>31/12/2015</b> |
|---|-------------------|-------------------|
| Valor presente das obrigações financiadas | (49.814)          | (36.146)          |
| Valor justo dos ativos do plano           | 32.662            | 31.501            |
| Restrição do déficit contratado           | (5.588)           | (20.335)          |
| <b>Passivo líquido do plano</b>           | <b>(22.740)</b>   | <b>(24.980)</b>   |

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

|  | <b>31/12/2016</b> | <b>31/12/2015</b> |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Em 1º de janeiro</b>                              | <b>36.146</b>     | <b>40.437</b>     |
| Custo do serviço corrente                            | 237               | 226               |
| Custo financeiro                                     | 4.447             | 4.309             |
| Contribuições dos participantes do plano             | 321               | 313               |
| Remensurações atuariais                              | 12.290            | (6.146)           |
| Benefícios pagos pelo plano                          | (3.627)           | (2.993)           |
| <b>Valor presente da obrigação em 31 de dezembro</b> | <b>49.814</b>     | <b>36.146</b>     |

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

|                                       | <b>31/12/2016</b> | <b>31/12/2015</b> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Em 1º de janeiro</b>               | <b>31.501</b>     | <b>19.758</b>     |
| Retorno real sobre os ativos do plano | (1.224)           | 9.029             |
| Contribuições do empregador           | 5.691             | 5.394             |
| Contribuições dos empregados          | 321               | 313               |
| Benefícios pagos                      | (3.627)           | (2.993)           |
| <b>Valor justo em 31 de dezembro</b>  | <b>32.662</b>     | <b>31.501</b>     |

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$5.839.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

|   | <b>31/12/2016</b> | <b>31/12/2015</b> |
|---|-------------------|-------------------|
| Custo dos serviços correntes              | 237               | 226               |
| Custo financeiro                          | 4.447             | 4.309             |
| Retorno esperado sobre os ativos do plano | (4.241)           | (2.522)           |
|   | <b>443</b>        | <b>2.013</b>      |

As (receitas) despesas com plano de pensão no valor de R\$443 (R\$2.013 em dezembro de 2015) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2016 foi negativo de R\$1.224 (R\$9.029 em dezembro de 2015).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

|   | Crédito unitário projetado          |                                     |
|---|-------------------------------------|-------------------------------------|
|   | 31/12/2016                          | 31/12/2015                          |
| Taxa anual de desconto                                | 11,30% a.a.                         | 12,88% a.a.                         |
| Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano | 11,30% a.a.                         | 12,88% a.a.                         |
| Aumento anual de salário                              | 6,54% a.a.                          | 6,43% a.a.                          |
| Aumento anual de benefícios                           | 5,28% a.a.                          | 5,17% a.a.                          |
| Taxa de inflação                                      | 5,28% a.a.                          | 5,17% a.a.                          |
| Tábua de mortalidade                                  | BR-EMSsb-2015                       | AT - 2000 (suavizada em 10%)        |
| Tábua de invalidez                                    | Light Forte                         | Light Média                         |
| Tábua de morbidez                                     | GAMA - Experiência<br>Libertas 2014 | GAMA - Experiência<br>Libertas 2014 |
| Mortalidade de inválidos                              | AT - 49 agravada em 100%            | AT - 49 agravada em 100%            |
| Rotatividade  | 1,026% a.a.                         | 1,026% a.a.                         |

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2016.

### Categorias dos ativos do plano RP1 - BD

|  | 31/12/2016     | 31/12/2015     |
|--|----------------|----------------|
| Disponível                                     | -              | -              |
| Realizável (previdencial e administrativo)     | 15,74%         | 24,04%         |
| Renda Fixa                                     | 78,73%         | 68,94%         |
| Ações  | 0,99%          | 1,76%          |
| Empresas Emergentes                            | 0,02%          | 0,03%          |
| Participações                                  | 0,61%          | 0,95%          |
| Investimentos imobiliários                     | 0,42%          | 0,48%          |
| Empréstimos e financiamentos                   | 0,01%          | 0,02%          |
| Outros - Depósitos Judiciais                   | 3,48%          | 3,78%          |
| <b>Total em percentual dos ativos do plano</b> | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |

### Análises de sensibilidade das principais hipóteses

|   | Tábua biométrica |                 | Taxa de juros   |                 | Posição em      |
|---|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
|   | + 1 idade        | - 1 idade       | + 0,25%         | -0,25%          | 31/12/2016      |
| <b>Montante do:</b>                                       |                  |                 |                 |                 |                 |
| Valor presente da obrigação atuarial do plano             | 49.250           | 50.362          | 48.465          | 51.230          | 49.814          |
| Valor justo dos ativos do plano                           | 32.663           | 32.663          | 32.663          | 32.663          | 32.663          |
| <b>Superávit / (déficit) técnico do plano</b>             | <b>(16.587)</b>  | <b>(17.699)</b> | <b>(15.802)</b> | <b>(18.567)</b> | <b>(17.151)</b> |
| <b>Variações:</b>   |                  |                 |                 |                 |                 |
| Aumento / redução da obrigação atuarial                   | -1,1%            | -1,1%           | -2,7%           | 2,8%            |                 |
| Aumento / redução dos ativos do plano                     | -                | -               | -               | -               |                 |
| Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano | -3,3%            | 3,2%            | -7,9%           | 8,3%            |                 |

## 2) Plano COPASA Saldado

|   | 31/12/2016       | 31/12/2015      |
|---|------------------|-----------------|
| Valor presente das obrigações financiadas             | (986.886)        | (763.701)       |
| Valor justo dos ativos do plano                       | 878.641          | 737.354         |
| Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional) | -                | (53.430)        |
| <b>Passivo líquido do plano</b>                       | <b>(108.245)</b> | <b>(79.777)</b> |

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

|  | 31/12/2016     | 31/12/2015     |
|--|----------------|----------------|
| <b>Em 1º de janeiro</b>                              | <b>763.701</b> | <b>816.374</b> |
| Custo financeiro                                     | 95.563         | 87.589         |
| Remensurações atuariais                              | 192.089        | (97.857)       |
| Benefícios pagos pelo plano                          | (64.467)       | (42.405)       |
| <b>Valor presente da obrigação em 31 de dezembro</b> | <b>986.886</b> | <b>763.701</b> |

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

|                                       | 31/12/2016     | 31/12/2015     |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| <b>Em 1º de janeiro</b>               | <b>737.354</b> | <b>722.502</b> |
| Retorno real sobre os ativos do plano | 186.801        | 40.030         |
| Contribuições do empregador           | 18.953         | 17.227         |
| Benefícios pagos                      | (64.467)       | (42.405)       |
| <b>Valor justo em 31 de dezembro</b>  | <b>878.641</b> | <b>737.354</b> |

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$19.447.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

|  | 31/12/2016   | 31/12/2015   |
|--|--------------|--------------|
| Custo financeiro                             | 95.563       | 87.589       |
| Rendimento esperado sobre os ativos do plano | (93.335)     | (78.201)     |
| <b>Provisão para plano de benefícios</b>     | <b>2.228</b> | <b>9.388</b> |

As despesas com plano de pensão no valor de R\$2.228 (R\$9.388 em dezembro de 2015) foram reconhecidas no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2016 foi de R\$186.801 (R\$40.030 em dezembro de 2015).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

|   | <b>Crédito unitário projetado</b> |                              |
|---|-----------------------------------|------------------------------|
|   | 31/12/2016                        | 31/12/2015                   |
| Taxa anual de desconto                                | 11,29% a.a.                       | 12,89% a.a.                  |
| Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano | 11,29% a.a.                       | 12,89% a.a.                  |
| Aumento anual de benefícios                           | 5,28% a.a.                        | 5,17% a.a.                   |
| Taxa de inflação                                      | 5,28% a.a.                        | 5,17% a.a.                   |
| Tábua de mortalidade                                  | AT - 2000 (suavizada em 10%)      | AT - 2000 (suavizada em 10%) |
| Mortalidade de inválidos                              | AT - 49 (suavizada em 10%)        | AT - 49 (suavizada em 10%)   |
| Tábua de entrada de invalidez                         | Light fraca D30%                  | Light média                  |
| Tábua de morbidez                                     | N/A                               | N/A                          |

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2016.

## Categorias dos ativos do plano saldado

|  | 31/12/2016     | 31/12/2015     |
|--|----------------|----------------|
| Disponível                                     | 0,01%          | 0,02%          |
| Realizável (previdencial e administrativo)     | 7,90%          | 9,42%          |
| Títulos Públicos                               | 12,21%         | 12,16%         |
| Renda Fixa                                     | 63,76%         | 60,67%         |
| Ações  | 5,07%          | 5,40%          |
| Fundo de investimentos                         | 0,21%          | 0,22%          |
| Derivativos                                    | 0,99%          | 0,80%          |
| Investimentos imobiliários                     | 3,22%          | 4,02%          |
| Empréstimos e financiamentos                   | 6,01%          | 6,69%          |
| Outros   | 0,62%          | 0,60%          |
| <b>Total em percentual dos ativos do plano</b> | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |

## Análises de sensibilidade das principais hipóteses

|   | Tábua biométrica |                  | Taxa de juros   |                  | Parâmetro        |
|---|------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|
|   | + 1 idade        | - 1 idade        | + 0,25%         | -0,25%           |                  |
| <b>Montante do:</b>                                       |                  |                  |                 |                  |                  |
| Valor presente da obrigação atuarial do plano             | 971.316          | 1.002.012        | 962.196         | 1.012.698        | 986.886          |
| Valor justo dos ativos do plano                           | 878.641          | 878.641          | 878.641         | 878.641          | 878.641          |
| <b>Superávit / (déficit) técnico do plano</b>             | <b>(92.675)</b>  | <b>(123.371)</b> | <b>(83.555)</b> | <b>(134.057)</b> | <b>(108.245)</b> |
| <b>Variações:</b>   |                  |                  |                 |                  |                  |
| Aumento / redução da obrigação atuarial                   | -1,6%            | 1,5%             | -2,5%           | 2,6%             |                  |
| Aumento / redução dos ativos do plano                     | -                | -                | -               | -                |                  |
| Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano | -14,4%           | 14,0%            | -22,8%          | 23,8%            |                  |

## 3) Novo plano COPASA – CD

|   | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|------------|------------|
| Valor presente das obrigações financiadas | (6.560)    | (11.920)   |
| Valor justo dos ativos do plano           | 27.922     | 19.277     |
| Efeito do teto do ativo                   | (21.362)   | (7.357)    |
| <b>Ativo / passivo líquido do plano</b>   | <b>-</b>   | <b>-</b>   |

A movimentação na obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

|  | 31/12/2016    | 31/12/2015    |
|--|---------------|---------------|
| <b>Em 1º de janeiro</b>                              | <b>11.920</b> | <b>13.586</b> |
| Custo do serviço corrente                            | (1.106)       | (689)         |
| Custo financeiro                                     | 1.553         | 1.443         |
| Contribuições dos empregados                         | 1.994         | 1.777         |
| (Ganhos) / perdas atuariais                          | (7.544)       | (3.777)       |
| Benefícios pagos pelo plano                          | (257)         | (420)         |
| <b>Valor presente da obrigação em 31 de dezembro</b> | <b>6.560</b>  | <b>11.920</b> |

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.759.

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

|                                       | 31/12/2016    | 31/12/2015    |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| <b>Em 1º de janeiro</b>               | <b>19.277</b> | <b>13.235</b> |
| Retorno real sobre os ativos do plano | 5.237         | 2.789         |
| Contribuições do empregador           | 1.671         | 1.896         |
| Contribuições dos empregados          | 1.994         | 1.777         |
| Benefícios pagos                      | (257)         | (420)         |
| <b>Valor justo em 31 de dezembro</b>  | <b>27.922</b> | <b>19.277</b> |

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

|   | 31/12/2016     | 31/12/2015   |
|---|----------------|--------------|
| Custo dos serviços correntes                | (1.106)        | (689)        |
| Custo financeiro                            | 1.553          | 1.443        |
| (Receita) esperada sobre os ativos do plano | (2.679)        | (1.613)      |
| Juros sobre o efeito do teto do ativo       | 1.126          | -            |
|   | <b>(1.106)</b> | <b>(859)</b> |

As despesas com plano de pensão no valor negativo de R\$1.106 (negativo de R\$859 em dezembro de 2015) foram reconhecidos no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2016 foi de R\$5.237 (R\$2.789 em dezembro de 2015).

As principais premissas atuariais usadas foram:

|   | <b>Crédito unitário projetado</b> |                    |
|---|-----------------------------------|--------------------|
|   | 31/12/2016                        | 31/12/2015         |
| Taxa anual de desconto                                | 11,54% a.a                        | 12,76% a.a         |
| Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano | 11,54% a.a                        | 12,76% a.a         |
| Aumento anual de salário                              | 5,28% a.a                         | 6,43% a.a          |
| Aumento anual de benefícios                           | 5,28% a.a                         | 5,17% a.a          |
| Taxa de inflação                                      | 5,28% a.a                         | 5,17% a.a          |
| Tábua de mortalidade                                  | AT - 2000                         | AT - 2000          |
|   | (suavizada em 10%)                | (suavizada em 10%) |
| Tábua de invalidez                                    | Light fraca D60%                  | Light média        |

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2016.

### Categorias dos ativos do novo plano

|  | 31/12/2016     | 31/12/2015     |
|--|----------------|----------------|
| Disponível                                     | 0,01%          | 0,02%          |
| Realizável (previdencial e administrativo)     | 1,57%          | 1,56%          |
| Títulos Públicos                               | 78,57%         | 77,01%         |
| Crédito de Depósitos Privados                  | 5,35%          | 5,45%          |
| Ações  | 0,23%          | 0,25%          |
| Fundo de investimentos                         | 0,92%          | 0,78%          |
| Derivativos                                    | 3,15%          | 4,05%          |
| Investimentos imobiliários                     | 6,47%          | 7,44%          |
| Empréstimos e financiamentos                   | 3,73%          | 3,44%          |
| <b>Total em percentual dos ativos do plano</b> | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |



## Análises de sensibilidade das principais hipóteses

|   | Tábua biométrica |               | Taxa de juros |               | Parâmetro     |
|---|------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|   | + 1 idade        | - 1 idade     | + 0,25%       | - 0,25%       |               |
| <b>Montante do:</b>                                       |                  |               |               |               |               |
| Valor presente da obrigação atuarial do plano             | 7.017            | 6.139         | 6.489         | 6.631         | 6.559         |
| Valor justo dos ativos do plano                           | 27.922           | 27.922        | 27.922        | 27.922        | 27.922        |
| <b>Superávit / (déficit) técnico do plano</b>             | <b>20.905</b>    | <b>21.783</b> | <b>21.433</b> | <b>21.291</b> | <b>21.363</b> |
| <b>Variações:</b>   |                  |               |               |               |               |
| Aumento / redução da obrigação atuarial                   | 7,0%             | 6,4%          | -1,1%         | 1,1%          |               |
| Aumento / redução dos ativos do plano                     | -                | -             | -             | -             |               |
| Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano | -2,1%            | 2,0%          | 0,3%          | -0,3%         |               |

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

## 18. Patrimônio Líquido e Dividendos

### (a) Capital

Em 11 de agosto de 2016, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital da Companhia em R\$128.400 com a emissão de 7.066.593 ações.

Em 13 de setembro de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a elevação do capital social em R\$500 milhões, mediante transferência da Reserva de Lucros para o Capital Social, sem emissão de novas ações e o aumento do limite do capital autorizado, passando de R\$3 bilhões para R\$4 bilhões.

Com as operações acima, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 passou a ser de R\$3.402.386, representado por 126.751.023 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui 51,2% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se 48,5% das ações e o restante, correspondente a 0,3%, encontra-se em tesouraria.

### (b) Reservas de lucros

#### (i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

#### (ii) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2016, foi registrado no resultado, referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES, o valor de R\$4.854 (não houve reconhecimento em 2015).

### (iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$291.221 para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “Plano Plurianual de Negócios”. Em 2015, não houve retenção, face ao prejuízo do exercício.

### (c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

- (i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota 17). Em 31 de dezembro de 2016, o saldo credor dessa conta totaliza R\$19.082 (R\$14.563 devedor em dezembro de 2015).
- (ii) Correção monetária de ativos: corresponde a aplicação do IAS 29 para o período em que a economia brasileira se enquadrava na definição de hiperinflacionária. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo credor dessa conta totaliza R\$17.231 (R\$22.439 em dezembro de 2015).
- (iii) Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa Foz Jeceaba. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo credor desta conta totaliza R\$24.925 (R\$12.728 em dezembro de 2015).

### (d) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes que não forem reclamados dentro do prazo de três anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

|   | 31/12/2016     | 31/12/2015 |
|---|----------------|------------|
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício     | 434.161        | (11.592)   |
| Reserva legal - (5%)                      | (21.708)       | -          |
| Reserva de incentivos fiscais             | (4.854)        | -          |
| Lucro (Prejuízo) líquido                  | 407.599        | (11.592)   |
| <b>Dividendo mínimo obrigatório - 25%</b> | <b>101.900</b> | <b>-</b>   |

Em 13 de setembro de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a antecipação do pagamento dos JCP declarados no 1º, 2º e 3º trimestres de 2016 de acordo com a Política de dividendos da Companhia.

Neste exercício foram realizadas 04 (quatro) declarações de JCP, conforme quadro abaixo:

| Referência            | Data da RCA | Data do Crédito | Data de Pagamento | Valor Bruto (R\$ milhões) | Valor Bruto por Ação (R\$) |
|-----------------------|-------------|-----------------|-------------------|---------------------------|----------------------------|
| 1T16                  | 05/05/2016  | 11/05/2016      | 11/10/2016        | 24,7                      | 0,19557                    |
| 2T16                  | 11/08/2016  | 22/08/2016      | 11/10/2016        | 28,4                      | 0,22473                    |
| 3T16                  | 09/11/2016  | 16/11/2016      | 06/01/2017        | 30,3                      | 0,23963                    |
| 4T16                  | 09/03/2017  | 16/03/2017      | *                 | 36,5                      | 0,28850                    |
| <b>Acumulado 2016</b> |             |                 |                   | <b>119,9</b>              | <b>0,94843</b>             |

\* A data de pagamento será definida na AGO, que deliberará sobre as DFs de 2016.

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, os juros foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$40.757 (R\$2.772 em 2015). Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo da conta de “juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

|   | 31/12/2016    | 31/12/2015   |
|---|---------------|--------------|
| <b>Juros sobre o capital próprio a pagar no início do exercício</b> | <b>7.590</b>  | <b>2.516</b> |
| Juros sobre o capital próprio propostos                             | 119.875       | 8.152        |
| IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio              | (5.893)       | (1.539)      |
| Juros sobre o capital próprio pagos no exercício                    | (56.164)      | (2.305)      |
| Outros  | (2)           | 766          |
| <b>Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante</b> | <b>65.406</b> | <b>7.590</b> |

**(e) Lucros acumulados**

| Em 01 de janeiro de  | 2016      | 2015     |
|--|-----------|----------|
| Lucro (Prejuízo) do exercício                              | 434.161   | (11.592) |
| Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio | (119.875) | (8.152)  |
| Transferência para reserva legal                           | (21.708)  | -        |
| Transferência para retenção de lucros                      | (291.221) | 16.085   |
| Reserva de incentivo fiscal                                | (4.854)   | -        |
| Realização da correção monetária de ativos                 | 3.497     | 3.659    |
| <b>Em 31 de dezembro de</b>                                | <b>-</b>  | <b>-</b> |

**(f) Lucro por ação**

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra “a” desta nota).

| <b>Controladora / Consolidado</b>                         |             |               |
|---|-------------|---------------|
|   | 31/12/2016  | 31/12/2015    |
| Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia   | 434.161     | (11.592)      |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias - milhares | 122.069     | 119.327       |
| <b>Lucro (prejuízo) básico por ação</b>                   | <b>3,56</b> | <b>(0,10)</b> |

- Diluído

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há valores mobiliários a serem convertidos em ações.

## 19. Informação por segmento de negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e venda de mercadorias.

### (i) Resultado

| Consolidado   |                  |                    |                                    |   |  |
|---|------------------|--------------------|------------------------------------|---|--|
|   | 2016             |                    |                                    |   |  |
|   | Serviços de água | Serviços de esgoto | Venda de mercadoria <sup>(1)</sup> | Reconciliação para as Demonstrações Financeiras | Saldo conforme Demonstrações Financeiras |
| Receita operacional bruta   | 2.629.672        | 1.411.437          | 1.056                              | 364.668   | 4.406.833                                |
| Deduções da receita bruta   | (243.237)        | (130.565)          | (156)                              | -   | (373.958)                                |
| Receita operacional líquida                                       | 2.386.435        | 1.280.872          | 900                                | 364.668   | 4.032.875                                |
| Custos, despesas com vendas e administrativas                     | (1.832.895)      | (983.910)          | (2.518)                            | (364.668)                                       | (3.183.991)                              |
| Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas | 553.540          | 296.962            | (1.618 )                           | -   | 848.884                                  |
| Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas                  |                  |                    |                                    |   | (49.557)                                 |
| <b>Resultado financeiro, líquido</b>                              |                  |                    |                                    |   | <b>(198.828)</b>                         |
| Lucro operacional antes dos impostos                              |                  |                    |                                    |   | 600.499                                  |
| Depreciação e amortização   | 207.676          | 239.948            | 37                                 |   | 447.661                                  |

| Consolidado   |                  |                    |                                    |   |  |
|---|------------------|--------------------|------------------------------------|---|--|
|   | 2015             |                    |                                    |   |  |
|   | Serviços de água | Serviços de esgoto | Venda de mercadoria <sup>(1)</sup> | Reconciliação para as Demonstrações Financeiras | Saldo conforme Demonstrações Financeiras |
| Receita operacional bruta   | 2.290.530        | 1.197.155          | 3.703                              | 666.532   | 4.157.920                                |
| Deduções da receita bruta   | (212.533)        | (110.367)          | (551)                              | -   | (323.451)                                |
| Receita operacional líquida                                       | 2.077.997        | 1.086.788          | 3.152                              | 666.532   | 3.834.469                                |
| Custos, despesas com vendas e administrativas                     | (1.891.679)      | (982.340)          | (8.297)                            | (661.804)                                       | (3.544.120)                              |
| Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas | 186.318          | 104.448            | (5.145)                            | 4.728   | 290.349                                  |
| Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas                  |                  |                    |                                    |   | 24.593                                   |
| <b>Resultado financeiro, líquido</b>                              |                  |                    |                                    |   | <b>(342.922)</b>                         |
| Lucro operacional antes dos impostos                              |                  |                    |                                    |   | (27.980)                                 |
| Depreciação e amortização   | 178.111          | 216.962            | 1.117                              |   | 396.190                                  |

<sup>(1)</sup> Mesmo com o acordo firmado com a CODEMIG, a COPASA Águas Minerais de Minas S/A – AGMM continuou até a sua liquidação, registrando vendas e sendo ressarcida das despesas.

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

|   | 2016      | 2015      |
|---|-----------|-----------|
| Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1) <sup>(1)</sup> | 364.668   | 666.532   |
| Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1) <sup>(1)</sup>         | (364.668) | (661.804) |
| Margem de construção  | -         | 4.728     |

<sup>(1)</sup> A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17 (R1), “Contratos de Construção” (IAS 11), conforme letra (b) do item 3.19 da Nota 03.

## (ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível conforme demonstrado abaixo:

|                     | 2016      | 2015      |
|---------------------|-----------|-----------|
| Serviços de água    | 2.947.414 | 2.924.245 |
| Serviços de esgoto  | 4.235.520 | 4.223.686 |
| Outros intangíveis  | 650.861   | 835.000   |
| Total do intangível | 7.833.795 | 7.982.931 |

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

## 20. Gestão de Risco Financeiro

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial que retrata o seu plano de ação, tanto do ponto de vista operacional quanto de investimentos. No longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um financeiro.

### 20.1 Gestão de risco financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Companhia monitora os riscos financeiros com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez e a rentabilidade, recomendando estratégias para mitigar tais riscos.

A premissa da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa para um prazo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado pelas instituições financeiras com as quais relacionamos.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

#### (a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos

financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

#### **(b) Risco de taxa de juros**

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos da Companhia, sobretudo os empréstimos e financiamentos a pagar. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal - Bônus).

A COPASA possuía 91% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, do IPCA e do CDI, e 9% indexados em moeda estrangeira (dólar e euro), em 31 de dezembro de 2016.

Dessa forma, são realizadas simulações de diversos cenários, considerando refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos e levando-se em consideração somente os principais ativos e passivos financeiros. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

#### **(i) Sensibilidade à taxas de juros**

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos e financiamentos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado a seguir:

| <b>Controladora</b>                            |                   |        |                   |        |
|--|-------------------|--------|-------------------|--------|
|  | <b>31/12/2016</b> |        | <b>31/12/2015</b> |        |
| Aumento/redução em pontos base                 | 0,50%             | -0,50% | 0,50%             | -0,50% |
| Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil) | (1.629)           | 1.629  | (1.581)           | 1.581  |
| <b>Consolidado</b>                             |                   |        |                   |        |
|  | <b>31/12/2016</b> |        | <b>31/12/2015</b> |        |
| Aumento/redução em pontos base                 | 0,50%             | -0,50% | 0,50%             | -0,50% |
| Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil) | (1.630)           | 1.630  | (1.582)           | 1.582  |

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade à taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no mercado, indicando uma volatilidade significativamente mais elevada do que em exercícios anteriores.

### (c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do Dólar americano e do Euro, em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Os financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. Para a operação com o Banco KfW, cujo saldo devedor era de €65,4 milhões (equivalente a R\$224,8 milhões), não há mecanismo de *hedge* contratado. A dívida com o *Bank of New York (BNY)*, cujo saldo devedor era de US\$25,3 milhões (equivalente a R\$82,5 milhões) no encerramento do exercício, está garantida por títulos da dívida externa brasileira, no montante de US\$21,0 milhões (equivalente a R\$68,5 milhões), caucionados no Banco do Brasil, corrigidos pela média dos preços dos bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América (Nota 7).

### (i) Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do dólar (US\$) e do euro (€), de  $\pm 10\%$  e  $\pm 20\%$ , em relação ao saldo devedor dos empréstimos, em suas respectivas moedas, nos resultados e no seu patrimônio. No caso da operação junto ao *Bank of New York (BNY)*, como a Companhia possui caução em dólares (US\$), o valor da caução é deduzido do saldo devedor, para cálculo da sensibilidade à taxa de câmbio. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

| Controladora                                   |            |        |            |        |
|--|------------|--------|------------|--------|
| Sensibilidade a variações taxa câmbio: 10%     | 31/12/2016 |        | 31/12/2015 |        |
| Variação na moeda US\$ / €                     | +10%       | -10%   | +10%       | -10%   |
| Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil) | (23.789)   | 23.789 | (32.774)   | 32.774 |

  

| Controladora                                   |            |        |            |        |
|--|------------|--------|------------|--------|
| Sensibilidade a variações taxa câmbio: 20%     | 31/12/2016 |        | 31/12/2015 |        |
| Variação na moeda US\$ / €                     | +20%       | -20%   | +20%       | -20%   |
| Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil) | (47.577)   | 47.577 | (65.549)   | 65.549 |

### (d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

### (i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação, sendo que o risco de crédito é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Eventuais perdas na realização dos créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertas por provisão.

### (ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

No que diz respeito ao risco de crédito, decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras, foi instituída em outubro de 2012, a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas a seguir:

|  | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
|  | 31/12/2016     | 31/12/2015     | 31/12/2016     | 31/12/2015     |
| Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (agência de risco Moody's) |                |                |                |                |
| AAA  | 21.238         | 457.379        | 21.249         | 482.148        |
| AA   | 208.355        | 99.565         | 225.414        | 99.565         |
| A  | 128.623        | 10             | 128.623        | 10             |
| B (BAA, BA e BBB)  | 263.457        | 131            | 263.457        | 131            |
| <b>Total</b>   | <b>621.673</b> | <b>557.085</b> | <b>638.743</b> | <b>581.854</b> |

#### (e) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a COPASA acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os equivalentes de caixa (Nota 06). Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

|   | Faixas de vencimento <sup>(1)</sup> |                    |                    |                  |
|---|-------------------------------------|--------------------|--------------------|------------------|
|   | Até 01 ano                          | Entre 01 e 03 anos | Entre 03 e 05 anos | Acima de 05 anos |
| Em 31 de dezembro de 2016               |                                     |                    |                    |                  |
| Amortização                             | 465.126                             | 1.215.210          | 714.561            | 988.752          |
| Juros                                   | 46.784                              | -                  | -                  | -                |
| <b>Empréstimos e financiamentos</b>     | <b>511.910</b>                      | <b>1.215.210</b>   | <b>714.561</b>     | <b>988.752</b>   |
| <b>Fornecedores e outras obrigações</b> | <b>115.061</b>                      | <b>43.499</b>      | <b>27.409</b>      | <b>-</b>         |
| Em 31 de dezembro de 2015               |                                     |                    |                    |                  |
| Amortização                             | 443.274                             | 947.087            | 993.070            | 1.160.346        |
| Juros                                   | 46.137                              | -                  | -                  | -                |
| <b>Empréstimos e financiamentos</b>     | <b>489.411</b>                      | <b>947.087</b>     | <b>993.070</b>     | <b>1.160.346</b> |
| <b>Fornecedores e outras obrigações</b> | <b>165.446</b>                      | <b>38.598</b>      | <b>42.353</b>      | <b>3.767</b>     |

<sup>(1)</sup> A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre o capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de financiamentos. Cabe ressaltar que tais contratos de financiamentos dispõem ainda de garantias de conta reserva (Nota 07).



| Receitas Vinculadas em 31 de Dezembro de 2016 |  |  |           |                     |
|---|--|--|-----------|---------------------|
|   | Instituição Financeira/Contrato  | Garantia (receita vinculada)   | Valor     | Término do Contrato |
| Caixa Econômica Federal                       | Sindicalizados (I) 2004  | Vinculação da receita de 6,63% do saldo devedor no final de cada mês   | R\$755    | junho-17            |
|   | Sindicalizado (II) 2006  | Vinculação da receita de R\$15,3 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde jul/2016.                          | R\$28.028 | fevereiro-17        |
|   | CAIXA - Financiamentos 2007/2008                                       | Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.           | R\$5.862  | setembro-31         |
|   | CAIXA - PAC 2009   | Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.                       | R\$1.850  | novembro-32         |
|   | 5ª Emissão de Debêntures (R\$288 Milhões)                              | Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano. | R\$12.371 | agosto-22           |
|   | CAIXA - Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)                          | Vinculação da receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.                       | R\$5.439  | junho-35            |
|   | CAIXA - Financiamentos 2012 (IN 24)                                    | Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o exercício da dívida mensal dos contratos.                     | R\$750    | março-36            |
|   | CAIXA - Financiamentos 2013 (IN 27)                                    | Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.                       | R\$6.870  | outubro-37          |
|   | CAIXA - Financiamentos 2014 (IN 02)                                    | Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.                       | R\$4.052  | outubro-37          |
|   | CAIXA - Financiamentos 2015 (IN 02)                                    | Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.                       | R\$76     | março-39            |
| BNDES   | 3ª Emissão de Debêntures (R\$450 milhões)                              | Vinculação da receita de R\$18 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde dez/2007.                            | R\$29.543 | dezembro-19         |
|   |  | Reforço temporário de garantia por descumprimento de <i>Covenants</i> (*)  | R\$5.909  |                     |
|   | Financiamentos (PAC 2007 - R\$48 milhões)/ (PAC 2008 - R\$578 milhões) | Vinculação da receita de R\$26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA desde mai/2008.                             | R\$36.876 | junho-23            |
|   |  | Reforço temporário de garantia por descumprimento de <i>Covenants</i> (*)  | R\$7.375  |                     |
|   | Financiamentos BNDES (R\$181 milhões)                                  | Vinculação da receita de R\$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.                           | R\$10.484 | maio-25             |
|   |  | Reforço temporário de garantia por descumprimento de <i>Covenants</i> (*)  | R\$2.097  |                     |
|   | 4ª Emissão de Debêntures (R\$740 milhões)                              | Vinculação da Receita de R\$32,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde jul/2010.                          | R\$48.509 | agosto-22           |
|   |  | Reforço temporário de garantia por descumprimento de <i>Covenants</i> (*)  | R\$9.702  |                     |

| Receitas Vinculadas em 31 de Dezembro de 2016 |   |  |            |                     |
|---|---|--|------------|---------------------|
|   | Instituição Financeira/Contrato           | Garantia (receita vinculada)   | Valor      | Término do Contrato |
| BNDES   | 8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões) | Vinculação da Receita de R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.      | R\$16.930  | agosto-28           |
|   |   | Reforço temporário de garantia por descumprimento de <i>Covenants</i> (*)                      | R\$3.386   |                     |
| Banco KfW                                     | € 100 Milhões                             | Vinculação de receita equivalente à 1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.        | R\$21.927  | dezembro-23         |
| Odebrecht Ambiental                           | PPP Rio Manso                             | 1/12 do valor anual da parcela integrante da Contraprestação referente a cada ano de vigência. | R\$12.333  | dezembro-28         |
| Total de Receita Vinculada                    |   |  | R\$271.124 |                     |

(\*) O reforço de garantia será desconstituído após o atingimento dos índices financeiros nos termos do Contrato. O BNDES autorizou a suspensão, até 31 de dezembro de 2017, da hipótese de descumprimento dos *covenants*.

#### (f) Risco de vencimento antecipado de dívidas

O risco de vencimento antecipado de dívidas decorre principalmente do cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia. Tais obrigações estabelecem índices financeiros a serem atendidos, índices estes que refletem a sua geração de caixa e o seu grau de endividamento, por exemplo. Com objetivo de minimizar tal risco, a Companhia estabeleceu, estatutariamente, uma Política de Endividamento que expressa a obrigação de monitorar antecipadamente os índices financeiros (Nota 12).

#### (g) Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com expectativa da Administração de que sejam renovadas junto ao Poder Concedente (Municípios). Caso as concessões não sejam renovadas pelo Poder Concedente, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser impactados negativamente.

Em março de 2015, conforme comunicado ao Mercado, a Companhia não logrou êxito na renovação do contrato de concessão com o município de Pará de Minas, vencido desde 11 de outubro de 2009. Quanto à indenização dos ativos, considerando que o Município realizou licitação e homologou seu resultado sem levar em conta os ativos da COPASA ainda não amortizados, a empresa ajuizou contra o mesmo a competente ação, objetivando buscar o ressarcimento respectivo, por meio do processo nº 6015762-20.2015.8.13.0024, em curso na 7ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte/MG.

Em 2016, a Companhia não foi impactada de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas ao risco descrito acima. Ressalta-se que cerca de 75% das receitas oriundas da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia são provenientes de concessões que têm prazo de vencimento após dezembro de 2032.

### 20.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao patrimônio líquido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA e de acordo com o Estatuto da Companhia deve ser inferior a 4,0. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, debêntures e outras

dívidas onerosas de curto e longo prazo subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e o EBITDA é o resultado do lucro (prejuízo) líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações e do resultado das subsidiárias. O índice de capital de terceiros é apurado dividindo a dívida líquida pelo patrimônio líquido e deve ser inferior a 1,0.

Em 2016, a estratégia da Companhia continuou em manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferior a 100%. Os índices de exigível total dividido pelo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 podem ser assim sumariados:

|   | <b>Controladora</b> |                   | <b>Consolidado</b> |                   |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
|   | <b>31/12/2016</b>   | <b>31/12/2015</b> | <b>31/12/2016</b>  | <b>31/12/2015</b> |
| Total dos empréstimos e debêntures <sup>(1)</sup> | 3.522.028           | 3.693.127         | 3.522.518          | 3.694.772         |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa              | (621.673)           | (557.085)         | (638.743)          | (581.854)         |
| <b>Dívida líquida</b>                             | <b>2.900.355</b>    | <b>3.136.042</b>  | <b>2.883.775</b>   | <b>3.112.918</b>  |
| Total do patrimônio líquido                       | 5.939.687           | 5.646.850         | 5.939.687          | 5.646.850         |
| <b>EBITDA</b>                                     | <b>1.396.108</b>    | <b>864.652</b>    | <b>1.396.108</b>   | <b>1.032.785</b>  |
| Índice de alavancagem financeira                  | 2,1                 | 3,6               | 2,1                | 3,0               |
| Índice de capital de terceiros                    | 0,5                 | 0,6               | 0,5                | 0,6               |

<sup>(1)</sup> Inclui também o saldo devedor para com a Libertas (Nota 17).

### 20.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a provisão para perdas de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

#### (a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas subsidiárias aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da COPASA e suas subsidiárias, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

|  | <b>Controladora / Consolidado</b> |                   |
|--|-----------------------------------|-------------------|
|  | <b>Ativo</b>                      |                   |
|  | <b>Nível (3)</b>                  |                   |
|  | <b>31/12/2016</b>                 | <b>31/12/2015</b> |
| Ativo Financeiro disponível para venda | 59.564                            | 41.084            |
| <b>Saldo total</b>                     | <b>59.564</b>                     | <b>41.084</b>     |

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponível para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, sendo que aqueles preços representam

transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento é incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

#### (b) Valor justo de empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

|  | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | Valores          |                  |                  |                  |
|  | Contábil         | Justo            | Contábil         | Justo            |
|  | 31/12/2016       | 31/12/2016       | 31/12/2016       | 31/12/2016       |
| Empréstimos bancários e financiamentos | 1.399.433        | 1.335.837        | 1.399.923        | 1.337.700        |
| Debêntures simples                     | 2.031.002        | 1.985.107        | 2.031.002        | 1.985.107        |
| <b>Total</b>                           | <b>3.430.435</b> | <b>3.320.944</b> | <b>3.430.925</b> | <b>3.322.807</b> |

|  | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | Valores          |                  |                  |                  |
|  | Contábil         | Justo            | Contábil         | Justo            |
|  | 31/12/2015       | 31/12/2015       | 31/12/2015       | 31/12/2015       |
| Empréstimos bancários e financiamentos | 1.526.872        | 1.444.289        | 1.528.517        | 1.445.810        |
| Debêntures simples                     | 2.063.042        | 1.963.406        | 2.063.042        | 1.963.406        |
| <b>Total</b>                           | <b>3.589.914</b> | <b>3.407.695</b> | <b>3.591.559</b> | <b>3.409.216</b> |

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

| Controladora / Consolidado |                 |               |                 |   |
|----------------------------|-----------------|---------------|-----------------|---|
| Linhas                     | Taxa contratual | Período meses | Taxa de mercado | Observações                                 |
| Caixa/FGTS                 | 7,75%           | 160           | 7,70%           | Cotação da taxa da Caixa em dez/16          |
| BNDES/BNE                  | 9,06%           | 65            | 12,48%          | Cotação da taxa do BNDES/BNE em dez/16      |
| FINAME                     | 3,86%           | 98            | 12,61%          | Cotação da taxa FINAME em dez/16            |
| Bank of New York           | 4,27%           | 89            | 4,00%           | Cotação da taxa AFD em dez/16               |
| Debêntures simples         | 11,23%          | 66            | 12,52%          | Cotação taxas Debts. BNDES e mercado dez/16 |
| KfW                        | 2,07%           | 85            | 2,07%           | Cotação taxa do KfW em dez/16               |
| Banco do Brasil – COPANOR  | 15,97%          | 10            | 16,96%          | Cotação taxa de mercado em dez/16           |
| IBM                        | 5,15%           | 36            | 5,15%           | Cotação taxa de mercado em dez/16           |

## 21. Instrumento Financeiro por Categoria

### (a) Controladora

|  | 31/12/2016               |                               |                  | 31/12/2015               |                               |                  |
|--|--------------------------|-------------------------------|------------------|--------------------------|-------------------------------|------------------|
|  | Empréstimos e recebíveis | Ativos disponíveis para venda | Total            | Empréstimos e recebíveis | Ativos disponíveis para venda | Total            |
| <b>Ativos</b>                          |                          |                               |                  |                          |                               |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa          | 621.673                  | -                             | <b>621.673</b>   | 557.085                  | -                             | <b>557.085</b>   |
| Contas a receber de clientes           | 1.060.630                | -                             | <b>1.060.630</b> | 932.612                  | -                             | <b>932.612</b>   |
| Bancos e aplicações de convênios       | 37.214                   | -                             | <b>37.214</b>    | 27.442                   | -                             | <b>27.442</b>    |
| Aplicações financeiras vinculada       | 75.395                   | -                             | <b>75.395</b>    | 65.609                   | -                             | <b>65.609</b>    |
| Ativos financeiros de concessões       | 604.538                  | -                             | <b>604.538</b>   | 574.673                  | -                             | <b>574.673</b>   |
| Título patrimonial                     | -                        | 59.564                        | <b>59.564</b>    | -                        | 41.084                        | <b>41.084</b>    |
| Créditos com controladas               | -                        | -                             | <b>-</b>         | 23.568                   | -                             | <b>23.568</b>    |
| Demais contas a receber <sup>(1)</sup> | 190.111                  | -                             | <b>190.111</b>   | 215.898                  | -                             | <b>215.898</b>   |
| <b>Total</b>                           | <b>2.589.561</b>         | <b>59.564</b>                 | <b>2.649.125</b> | <b>2.396.887</b>         | <b>41.084</b>                 | <b>2.437.971</b> |

<sup>(1)</sup> Excluindo pagamentos antecipados.

|   | 31/12/2016                  |                  | 31/12/2015                  |                  |
|---|-----------------------------|------------------|-----------------------------|------------------|
|   | Outros passivos financeiros | Total            | Outros passivos financeiros | Total            |
| <b>Passivos</b>                           |                             |                  |                             |                  |
| Empréstimos e financiamentos e debêntures | 3.430.435                   | <b>3.430.435</b> | 3.589.914                   | <b>3.589.914</b> |
| Fornecedores                              | 118.109                     | <b>118.109</b>   | 146.952                     | <b>146.952</b>   |
| PPP- Rio Manso                            | 550.144                     | <b>550.144</b>   | 643.795                     | <b>643.795</b>   |
| Contrato IBM                              | 1.042                       | <b>1.042</b>     | 1.153                       | <b>1.153</b>     |
| <b>Total</b>                              | <b>4.099.730</b>            | <b>4.099.730</b> | <b>4.381.814</b>            | <b>4.381.814</b> |

### (b) Consolidado

|  | 31/12/2016               |                               |                  | 31/12/2015               |                               |                  |
|--|--------------------------|-------------------------------|------------------|--------------------------|-------------------------------|------------------|
|  | Empréstimos e recebíveis | Ativos disponíveis para venda | Total            | Empréstimos e recebíveis | Ativos disponíveis para venda | Total            |
| <b>Ativos</b>                          |                          |                               |                  |                          |                               |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa          | 638.743                  | -                             | <b>638.743</b>   | 581.854                  | -                             | <b>581.854</b>   |
| Contas a receber de clientes           | 1.065.294                | -                             | <b>1.065.294</b> | 937.050                  | -                             | <b>937.050</b>   |
| Bancos e aplicações de convênios       | 37.175                   | -                             | <b>37.175</b>    | 32.221                   | -                             | <b>32.221</b>    |
| Aplicações financeiras vinculada       | 75.395                   | -                             | <b>75.395</b>    | 65.609                   | -                             | <b>65.609</b>    |
| Ativos financeiros de concessões       | 604.538                  | -                             | <b>604.538</b>   | 574.673                  | -                             | <b>574.673</b>   |
| Título patrimonial                     | -                        | 59.564                        | <b>59.564</b>    | -                        | 41.084                        | <b>41.084</b>    |
| Demais contas a receber <sup>(1)</sup> | 189.554                  | -                             | <b>189.554</b>   | 213.702                  | -                             | <b>213.702</b>   |
| <b>Total</b>                           | <b>2.610.699</b>         | <b>59.564</b>                 | <b>2.670.263</b> | <b>2.405.109</b>         | <b>41.084</b>                 | <b>2.446.193</b> |

<sup>(1)</sup> Excluindo pagamentos antecipados.

|   | 31/12/2016                  |                  | 31/12/2015                  |                  |
|---|-----------------------------|------------------|-----------------------------|------------------|
|   | Outros passivos financeiros | Total            | Outros passivos financeiros | Total            |
| <b>Passivos</b>                           |                             |                  |                             |                  |
| Empréstimos e financiamentos e debêntures | 3.430.925                   | <b>3.430.925</b> | 3.591.559                   | <b>3.591.559</b> |
| Fornecedores                              | 122.377                     | <b>122.377</b>   | 151.731                     | <b>151.731</b>   |
| PPP- Rio Manso                            | 550.144                     | <b>550.144</b>   | 643.795                     | <b>643.795</b>   |
| Contrato IBM                              | 1.042                       | <b>1.042</b>     | 1.153                       | <b>1.153</b>     |
| <b>Total</b>                              | <b>4.104.488</b>            | <b>4.104.488</b> | <b>4.388.238</b>            | <b>4.388.238</b> |

## 22. Transações com Partes Relacionadas

### (a) Ativo, passivo e resultado

Além dos convênios descritos na Nota 16, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais, que é o controlador da Companhia (Nota 18), CEMIG, Foz de Jeceaba e as subsidiárias. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

|   | Controladora      |            |                          |            |               |               |
|---|-------------------|------------|--------------------------|------------|---------------|---------------|
|   | 31/12/2016        |            |                          |            |               |               |
|   | Subsidiárias      |            |                          | Outras     |               |               |
|   | Águas<br>Minerais | COPANOR    | Serviços de<br>Irrigação | Total      | Estado<br>MG  | CEMIG         |
| Ativo   |                   |            |                          |            |               |               |
| Circulante  |                   |            |                          |            |               |               |
| Clientes  |                   |            |                          |            |               |               |
| Valores faturados                                   | -                 | -          | -                        | -          | 44.600        | -             |
| Convênios   | -                 | -          | -                        | -          | 15.450        | -             |
| Créditos diversos                                   |                   |            |                          |            |               |               |
| Créditos com controladas                            | -                 | 673        | -                        | 673        | -             | -             |
| Não circulante                                      |                   |            |                          |            |               |               |
| <b>Total do ativo</b>                               | <b>-</b>          | <b>673</b> | <b>-</b>                 | <b>673</b> | <b>60.050</b> | <b>-</b>      |
| Passivo   |                   |            |                          |            |               |               |
| Circulante  |                   |            |                          |            |               |               |
| Juros sobre capital próprio                         | -                 | -          | -                        | -          | 62.505        | -             |
| Energia elétrica                                    | -                 | -          | -                        | -          | -             | 31.284        |
| <b>Total do passivo</b>                             | <b>-</b>          | <b>-</b>   | <b>-</b>                 | <b>-</b>   | <b>62.505</b> | <b>31.284</b> |
| Resultado   |                   |            |                          |            |               |               |
| Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário | -                 | -          | -                        | -          | 134.673       | -             |
| Juros e receitas de variações monetárias            | -                 | 1.147      | -                        | 1.147      | -             | -             |
| Despesa energia elétrica                            | -                 | -          | -                        | -          | -             | 373.252       |

|                             | Controladora      |               |                          |               |               |               |
|-----------------------------|-------------------|---------------|--------------------------|---------------|---------------|---------------|
|                             | 31/12/2015        |               |                          |               |               |               |
|                             | Subsidiárias      |               |                          | Outras        |               |               |
|                             | Águas<br>Minerais | COPANOR       | Serviços de<br>Irrigação | Total         | Estado<br>MG  | CEMIG         |
| Ativo                       |                   |               |                          |               |               |               |
| Circulante                  |                   |               |                          |               |               |               |
| Clientes                    |                   |               |                          |               |               |               |
| Valores faturados           | -                 | -             | -                        | -             | 19.892        | -             |
| Convênios                   | -                 | -             | -                        | -             | 16.842        | -             |
| Créditos diversos           |                   |               |                          |               |               |               |
| Créditos com controladas    | 270               | 2.029         | -                        | 2.299         | -             | -             |
| Não circulante              |                   |               |                          |               |               |               |
| Empréstimos                 | -                 | 17.427        | 75                       | 17.502        | -             | -             |
| AFAC                        | 6.066             | -             | -                        | 6.066         | -             | -             |
| <b>Total do ativo</b>       | <b>6.336</b>      | <b>19.456</b> | <b>75</b>                | <b>25.867</b> | <b>36.734</b> | <b>-</b>      |
| Passivo                     |                   |               |                          |               |               |               |
| Circulante                  |                   |               |                          |               |               |               |
| Juros sobre capital próprio | -                 | -             | -                        | -             | 4.180         | -             |
| Energia elétrica            | -                 | -             | -                        | -             | -             | 12.200        |
| <b>Total do passivo</b>     | <b>-</b>          | <b>-</b>      | <b>-</b>                 | <b>-</b>      | <b>4.180</b>  | <b>12.200</b> |

## Resultado

|   |   |       |   |       |         |         |
|---|---|-------|---|-------|---------|---------|
| Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário | - | -     | - | -     | 111.701 | -       |
| Juros e receitas de variações monetárias            | - | 1.397 | - | 1.397 | -       | -       |
| Despesa energia elétrica                            | - | -     | - | -     | -       | 367.082 |

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas).

### (b) Remuneração do pessoal-chave da administração

|                              | 2016         | 2015         |
|------------------------------|--------------|--------------|
| Remuneração                  | 4.600        | 4.652        |
| Benefícios assistenciais (*) | 183          | 759          |
| <b>Total</b>                 | <b>4.783</b> | <b>5.411</b> |

(\*) Refere-se alimentação, saúde e benefício pós-emprego.

## 22.1 Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Fornecimento de energia

A Companhia é grande consumidora de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo que o principal fornecedor desta energia é a CEMIG, empresa controlada pelo nosso maior acionista, o Estado de Minas Gerais. A Companhia possui cerca de 400 contratos de energia elétrica, sendo cada um específico de uma unidade consumidora.

- Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Por meio do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, de 05 de agosto de 1998, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como garantia de pagamento da dívida da COPASA, ora confessada, junto ao BNY, seus créditos sobre Impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula V do referido contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo devedor desse contrato é de R\$82.491.

Por meio do Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia, de 29 de novembro de 2011, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como contragarantia à União, em caso de inadimplência da Companhia perante o Banco KfW, seus créditos sobre Impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula III do referido contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto desse contrato é de R\$224.812.

## 23. Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto em Belo Horizonte

1º) Em fevereiro de 2010 foi assinado Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, entre a Fazenda Pública do Município de Belo Horizonte e COPASA MG, estabelecendo que a forma de quitação dos débitos da Companhia para com a Prefeitura de Belo Horizonte, oriundos do não recolhimento de tributos (ISSQN), devido

a isenção concedida na assinatura do Convênio com esse Município, em 31 de janeiro de 1973 e que foi posteriormente revogada pela Prefeitura, seria realizada através de compensação com os créditos que a COPASA possuía com o Município, referentes a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não pagas no período de 1990 a 2002.

Este acordo definiu que o valor de R\$216.765 seria liquidado mediante pagamentos recíprocos em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, de igual valor, sujeitas a juros de 1% (hum por cento) ao mês e atualização monetária anual pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, pelo IBGE (Notas 07 e 11).

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo a receber registrado é de R\$204.024, sendo R\$64.429 no ativo circulante e R\$139.595 no ativo não circulante (R\$235.272 em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$56.465 no ativo circulante e R\$178.807 no ativo não circulante).

2º) A Companhia assumiu, através do Convênio de Cooperação celebrado em 13 de novembro de 2002, parte dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, de interesse do Município, cujo valor inicialmente contratado de R\$170.000, está sendo atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. As medições atualizadas são apresentadas mensalmente para reembolso, com contrapartida no Ativo Intangível, a título de Direito de Exploração da Concessão de Belo Horizonte.

## 24. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2016:

| <b>Contratado</b>                        | <b>Valor</b> | <b>Data da assinatura</b> | <b>Prazo em meses</b> |
|--|--------------|---------------------------|-----------------------|
| Consórcio FAG Divinópolis Saneamento S/A | 411.201      | 02/10/2015                | 312                   |
| Prefisan Ltda                            | 68.299       | 18/11/2014                | 23                    |
| Perfil Engenharia S/A                    | 33.385       | 11/11/2014                | 24                    |
| Sonel Engenharia S/A                     | 27.824       | 22/12/2014                | 36                    |
| Prefisan Ltda                            | 18.865       | 05/01/2015                | 24                    |
| Faz Publicidade Ltda                     | 17.500       | 22/11/2016                | 12                    |
| Lamar Engenharia e Comércio Ltda.        | 15.881       | 11/08/2015                | 20                    |
| Seisan Engenharia                        | 14.826       | 16/12/2015                | 20                    |
| Prefisan Ltda.                           | 10.475       | 18/05/2015                | 19                    |
| Construtora Teme Ltda.                   | 10.470       | 21/08/2015                | 18                    |
| Construtora Oliveira Ribeiro Ltda        | 5.913        | 25/07/2016                | 12                    |

## 25. Política de Seguros

A Companhia e suas subsidiárias contrataram serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e Administradores de Sociedades Comerciais, visando garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

A Companhia não possui contrato de seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, na data de encerramento das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



## 26. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia e suas subsidiárias realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

|   | Controladora / Consolidado |         |
|---|----------------------------|---------|
|   | 2016                       | 2015    |
| Transações Parceria Público Privada PPP (Nota 09) | 4.407                      | 363.910 |
| Juros capitalizados (Nota 09)                     | 25.422                     | 21.433  |

## 27. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

|   | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
|   | 2016             | 2015             | 2016             | 2015             |
| Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto      | 4.015.006        | 3.464.926        | 4.041.109        | 3.487.685        |
| Receita bruta de venda de produtos                          | -                | -                | 1.056            | 3.703            |
| Receita de construção                                       | 364.668          | 666.532          | 364.668          | 666.532          |
| <b>Total receita bruta</b>                                  | <b>4.379.674</b> | <b>4.131.458</b> | <b>4.406.833</b> | <b>4.157.920</b> |
| Impostos sobre vendas e descontos incondicionais concedidos | (371.388)        | (320.745)        | (373.958)        | (323.451)        |
| <b>Receita líquida</b>                                      | <b>4.008.286</b> | <b>3.810.713</b> | <b>4.032.875</b> | <b>3.834.469</b> |

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentadas abaixo:

|   | Controladora   |                | Consolidado    |                |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
|   | 2016           | 2015           | 2016           | 2015           |
| Reversão de provisão não dedutível        | 75.870         | 121.331        | 76.492         | 122.853        |
| Recuperação de contas baixadas            | 78.506         | 59.446         | 80.226         | 60.935         |
| Ressarcimento programa de saúde           | 710            | 11.860         | 710            | 11.860         |
| Outras receitas                           | 35.197         | 12.554         | 38.383         | 39.665         |
| <b>Total outras receitas operacionais</b> | <b>190.283</b> | <b>205.191</b> | <b>195.811</b> | <b>235.313</b> |

## 28. Despesas por Natureza

|   | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
|   | 2016             | 2015             | 2016             | 2015             |
| Salários e encargos                           | 1.128.188        | 1.338.355        | 1.141.249        | 1.351.273        |
| Materiais                                     | 134.419          | 124.255          | 137.510          | 127.256          |
| Serviços de terceiros                         | 793.456          | 723.015          | 804.642          | 734.401          |
| Gerais  | 105.215          | 101.545          | 106.275          | 102.767          |
| Depreciações e amortizações                   | 596.745          | 548.593          | 596.782          | 549.710          |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 158.278          | 130.950          | 161.286          | 134.504          |
| Provisões para perdas materiais obsoletos     | 275              | 348              | 308              | 348              |
| Custos de construção (*)                      | 364.668          | 661.804          | 364.668          | 661.804          |
| Custos dos produtos vendidos                  | -                | -                | 643              | 1.565            |
| Provisões para demandas judiciais             | 157.345          | 120.045          | 158.945          | 122.038          |
| Equivalência patrimonial                      | 4.667            | 901              | -                | -                |
| Participação dos empregados nos lucros        | 27.173           | -                | 27.173           | -                |
| Outros  | 55.114           | 70.447           | 59.250           | 88.682           |
| <b>Despesas operacionais</b>                  | <b>3.525.543</b> | <b>3.820.258</b> | <b>3.558.731</b> | <b>3.874.348</b> |
| <b>(-) Créditos tributários</b>               | <b>(128.211)</b> | <b>(118.480)</b> | <b>(129.372)</b> | <b>(119.508)</b> |
| <b>Despesas operacionais líquidas</b>         | <b>3.397.332</b> | <b>3.701.778</b> | <b>3.429.359</b> | <b>3.754.840</b> |
| <b>Custos</b>                                 | <b>2.460.959</b> | <b>2.673.380</b> | <b>2.484.398</b> | <b>2.698.211</b> |
| <b>Despesas</b>                               | <b>936.373</b>   | <b>1.028.398</b> | <b>944.961</b>   | <b>1.056.629</b> |

(\*) Detalhamento dos custos de construção:

|                                       | Controladora / Consolidado |                |
|---------------------------------------|----------------------------|----------------|
|                                       | 2016                       | 2015           |
| Salários e encargos                   | 28.678                     | 26.120         |
| Materiais                             | 31.599                     | 83.136         |
| Equipamentos                          | 13.783                     | 60.259         |
| Serviços de terceiros                 | 268.726                    | 468.309        |
| Custos de financiamentos              | 21.120                     | 21.537         |
| Outros                                | 762                        | 2.443          |
| <b>Total dos custos de construção</b> | <b>364.668</b>             | <b>661.804</b> |

## 29. Despesas com Benefícios e Empregados

|                                     | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                     | 2016             | 2015             | 2016             | 2015             |
| Salários                            | 614.094          | 685.654          | 622.411          | 693.807          |
| Custos previdenciários              | 190.326          | 198.526          | 192.664          | 200.850          |
| FGTS                                | 54.919           | 119.556          | 55.653           | 120.161          |
| Contribuição para plano de pensão   | 35.969           | 37.775           | 35.971           | 37.780           |
| Programa de alimentação             | 151.931          | 150.272          | 153.222          | 151.707          |
| Programa de saúde                   | 60.946           | 59.251           | 61.286           | 59.599           |
| Outros benefícios                   | 20.003           | 87.321           | 20.042           | 87.369           |
| <b>Total</b>                        | <b>1.128.188</b> | <b>1.338.355</b> | <b>1.141.249</b> | <b>1.351.273</b> |
| Número de empregados (não auditado) | 11.325           | 11.986           | 11.735           | 12.384           |

### 30. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

|   | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
|   | 2016             | 2015             | 2016             | 2015             |
| Juros ativos                            | 23.188           | 5.191            | 22.219           | 3.953            |
| Rendimentos com aplicações financeiras  | 59.653           | 53.571           | 63.449           | 55.316           |
| Receita de variação monetária e cambial | 93.375           | 42.593           | 93.390           | 42.640           |
| Receita de ativos financeiros/outros    | 32.315           | 23.078           | 32.315           | 23.078           |
| Tributos sobre receita financeira       | (6.281)          | (2.878)          | (6.467)          | (2.963)          |
| <b>Total de receita</b>                 | <b>202.250</b>   | <b>121.555</b>   | <b>204.906</b>   | <b>122.024</b>   |
| Juros sobre financiamentos              | (292.795)        | (276.770)        | (292.929)        | (277.012)        |
| Despesa de variação monetária e cambial | (109.761)        | (186.910)        | (109.760)        | (186.911)        |
| Outras despesas                         | (899)            | (945)            | (1.045)          | (1.023)          |
| <b>Total de despesa</b>                 | <b>(403.455)</b> | <b>(464.625)</b> | <b>(403.734)</b> | <b>(464.946)</b> |
| <b>Resultado financeiro</b>             | <b>(201.205)</b> | <b>(343.070)</b> | <b>(198.828)</b> | <b>(342.922)</b> |

### 31. Eventos Subsequentes

Em 11 de janeiro de 2017, foi formalizado Termo de Encontro de Contas entre a COPASA, a COPANOR e o Estado de Minas Gerais para compensação de débitos entre as partes. O ônus da Companhia com o Estado de Minas Gerais, referente ao JCP do terceiro trimestre de 2016, no valor de R\$15,5 milhões será utilizado para a quitação de débito do Estado, para com a COPASA, sendo R\$12,7 milhões originários do distrato do Convênio nº 10.1263, em 22.10.2014, e R\$2,0 milhões relativos a faturas de água e/ou esgoto; e R\$177 mil para com a COPANOR referentes a faturas de água e/ou esgoto.

Em 12 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração aprovou integralização de capital da Subsidiária COPANOR no valor de R\$15,3 milhões ficando, assim, o capital subscrito final elevado de R\$57,3 milhões para R\$72,7 milhões.

Em 09 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a entabular acordo com a empresa Divinópolis Saneamento S/A., Sociedade de Propósito Específico, com vistas à rescisão amigável do contrato de Parceria Público-Privada - PPP, assinado em 02 de outubro de 2015, na modalidade de Concessão Administrativa, para a ampliação e operação parcial do Sistema de Esgotamento Sanitário de Divinópolis e prestação de serviços nesse sistema, condicionada à execução pela contratada de obras necessárias à manutenção de um cronograma de obras a ser ajustado na rescisão.